



CONFERÊNCIA NACIONAL DOS BISPOS DO BRASIL

PASTORAL DA PENITÊNCIA

**Documento Aprovado pela Comissão Representativa da CNBB
18 a 25 de outubro de 1976 e Referendado pela XV Assembléia Geral Itaici, 7 a
17 de fevereiro de 1977**

INTRODUÇÃO

A Igreja, no Concílio Vaticano II, reafirmou a sua solicitude para com o Sacramento da Penitência, determinando o seguinte: “O rito e as fórmulas da Penitência sejam revistos de tal modo que expressem mais claramente a natureza e o efeito do Sacramento” (SC 72)¹.

A Sagrada Congregação para o Culto Divino, procurando satisfazer ao preceito conciliar, publicou, a 2 de dezembro de 1973, o novo Rito da Penitência.

A Comissão Nacional de Liturgia vem realizando estudos, dentre os quais um foi publicado sob o título “Renovação da Pastoral da Penitência”. (Comunicado Mensal n.236, maio de 1972, p.59-70)². A tradução do novo Rito foi outro trabalho relevante na linha de oferecer à Igreja no Brasil os meios de uma celebração renovada do sacramento da Penitência.

Desta forma, desde há mais tempo, a CNBB vinha preparando o clima para a vinda do novo Rito.

A Assembléia Geral dos Bispos, em Itaici, no mês de novembro de 1974, de posse do Rito da Penitência e de diversos documentos e estudos realizados na Conferência, bem como da experiência pastoral do Sacramento da Penitência no País, votou sobre algumas adaptações e tomou decisões a respeito dos pontos que eram de sua competência (cf. Rito da Penitência n.38)³. Agora, quando o rito é lançado a público e entregue aos sacerdotes e demais agentes pastorais, a CNBB com o objetivo de servir à pastoral dos sacramentos no Brasil vem, mais uma vez, como o fez com a Pastoral dos Sacramentos da Iniciação Cristã, oferecer subsídios pastorais.

CAPÍTULO I: SITUAÇÃO DA PASTORAL DA PENITÊNCIA

Analisando a realidade, constatamos, entre os fatos sociais, vários processos e certas tendências sócio-históricas que marcam a Sociedade e a Igreja. Algumas destas tendências incidem na prática penitencial.

1.1. – Processos e tendências na sociedade

Entre as mudanças, desequilíbrios, aspirações e questionamentos atuais, provocados pelos processos de industrialização, urbanização, migração e socialização personalizante ou massificante, multiplicados pelo processo de comunicação social, constata-se uma série de tendências, tais como:

- * continuidade e possibilidade de individualismo no anonimato das massas;
- * busca de autenticidade pela integração em pequenos grupos;

- * tentativas de valorização da pessoa como resposta crítica à massificação e à coisificação;
- * consciência de um egoísmo de grupos ou classes, provocado pela sociedade de consumo, onde novas formas de egoísmo criam a marginalização crescente, pela qual os ricos ficam mais ricos e os pobres se tornam cada vez mais pobres;
- * formação de uma consciência permissiva, a qual, partindo da contestação de normas duma moral cujos valores não mais são percebidos como personalizantes, não reconstrói um quadro de valores autênticos, mas se perde na desintegração individual e social;
- * reações positivas de solidariedade, na construção da paz, da fraternidade e do desenvolvimento;
- * procura de Deus manifestada na sensibilidade a formas religiosas e místicas de diversas proveniências.

1.2. – Processos e tendências na Igreja e nos Sacramentos

Descobre-se, na Igreja, um processo de encarnação na realidade do mundo atual, provocado em grande parte pelo espírito do Vaticano II. Este processo vai, aos poucos, desenvolvendo nos católicos um sentido crítico que os leva a libertar-se de falsos valores espirituais e morais, com o conseqüente desabrochar do senso de responsabilidade pessoal. Tais processos ajudam a Igreja a salientar o fato de que deve prevalecer o espírito sobre a letra da lei (cf. Rm 7,7; Gl 2,19)⁴.

Verifica-se, assim, uma mudança de mentalidade. As tendências da sociedade atual repercutem sobre tal mudança de mentalidade, desencadeando nos fiéis um questionamento da fé, exigindo deles uma convicção mais sólida desta fé, provocando uma adesão mais pessoal e comprometedora com Cristo, pelo engajamento numa comunidade concreta. Evidentemente, tudo isto atinge a forma de celebração e a pastoral dos sacramentos.

1.3. – Processos e tendências na prática penitencial

Os processos e tendências supramencionados repercutem também sobre a compreensão do sacramento da penitência, criando novas exigências para a sua pastoral e suas formas de celebração. Esta repercussão manifesta-se, sobretudo, nos seguintes pontos:

- * na atitude de conversão, como busca cada vez mais explícita de Deus, com crescente consciência eclesial;
- * na situação de perplexidade, enquanto conseqüência da época de transição pós-conciliar;
- * na atitude tradicionalista, enquanto expressão de formas superadas de evangelização e catequese;
- * na diversificação de procedimento dos pastores e demais agentes de pastoral, face às três posições anteriores.

Examinando mais detalhadamente estes pontos de: conversão, perplexidade, tradição e diversificação de procedimento, podemos caracterizar e concretizar mais a visão sobre a situação pastoral da penitência.

1.3.1. – Quanto à atitude de conversão

O tipo de conversão que se verifica é, em grande parte, reflexo da catequese recebida. Notamos elementos positivos e negativos nas atitudes de conversão:

1.3.1.1. – Elementos positivos

- * maior maturidade pessoal, quanto ao modo de agir;
- * busca de orientação, através do sacramento da penitência;
- * mudança de mentalidade, quanto ao sentido de pecado, abrindo perspectivas para uma maior consciência da dimensão social e eclesial do mesmo;

- * insatisfação dos fiéis com relação à simples absolvição, quando necessitam de conselho ou de apoio por parte do confessor;
- * melhoria do espírito comunitário na vivência sacramental e na celebração eucarística.

1.3.1.2. – Elementos negativos

- * conversão encarada como fruto apenas da vontade humana;
- * desconhecimento dos valores evangélicos e, até mesmo, dos mandamentos da lei de Deus e da Igreja;
- * perda ou falta do sentido de pecado;
- * consideração da vida conjugal como setor estritamente privado, que não entra no campo da confissão;
- * perda do sentido da renúncia e da ascese cristãs;
- * falta de consciência a respeito das situações de pecado existentes nas estruturas da sociedade e da família;
- * concepção individualista da salvação.

1.3.2. – Quanto à situação de perplexidade

A perplexidade de muitos fiéis, na prática penitencial, parece provir de quatro grandes conjuntos de fatores: crise da moral, formas diferentes de celebração, inutilidade aparente da confissão, certos esquemas de exame de consciência defasados em relação à situação atual.

1.3.2.1. – Elementos de perplexidade, relacionados com a crise da moral:

- * falta de noção clara de pecado;
- * em alguns, laxismo (nada é pecado), em outros, rigorismo (tudo é pecado);
- * busca do processo de conversão, mas sem saber nem onde nem como;
- * mudança de mentalidade moral e social, que provoca o afastamento ou a diminuição de freqüência ao sacramento;
- * pecado não mais considerado como ato contrário à moral, mas apenas como problema psicológico;
- * consideração de que pecado grave é apenas matar e roubar;
- * desvios e abusos de ordem sexual não mais encarados como pecado;
- * desconhecimento da realidade batismal, não se percebendo a diferença entre ser cristão e ser pagão;
- * tomada de consciência da dimensão cristã do social.

1.3.2.2. – Elementos de perplexidade relacionados com as formas diferentes de celebração:

- * aceitação da confissão comunitária, com reservas e ressalvas;
- * maneira apressada e massificante com que se fazem certas confissões comunitárias;
- * busca de perdão diretamente em Deus com rejeição da mediação eclesial, por motivos diversos.

1.3.2.3. – Elementos de perplexidade relacionados com a idéia de inutilidade da confissão quanto a seus efeitos:

- * alguns confessam-se, mas não se entrosam na comunidade;
- * opinião de que a confissão é inútil porque se volta a repetir os mesmos pecados;

1.3.2.4. – Elementos de perplexidade relacionados com certos esquemas de exame de consciência defasados em relação à situação atual:

- * a afirmação “não tenho pecado”, como sintoma da falta de critérios no reconhecimento dos próprios pecados;
- * dificuldade psicológica em acusar os pecados;

- * busca da confissão apenas em determinadas épocas do ano, como Natal e Semana Santa;
- * dificuldade em perceber os limites da própria responsabilidade e o exercício da liberdade pessoal.

1.3.3. – Quanto à atitude tradicionalista

Eis alguns elementos, que podem ajudar a caracterizar tal atitude:

- * fidelidade no recurso à confissão freqüente;
- * utilização do sacramento como meio de progresso espiritual;
- * acusação de atos moralmente graves, sem penetrar na raiz do mal;
- * acusação de situações psicológicas como pecados, mais por motivo de angústia ou compensação do amor próprio, do que por reconhecimento da culpa com percepção da necessidade de voltar à Aliança, como projeto de vida e de conversão;
- * divergência entre os pecados acusados em confissão e a vida real;
- * incoerência entre confissão e vida cotidiana posterior;
- * não reconhecimento da gravidade dos pecados contra a justiça;
- * maior preocupação com pecados relativos à castidade;
- * consideração do pecado como ato meramente individual e procura do sacramento da penitência unicamente para purificação pessoal;
- * confissão apenas como condição para comungar;
- * preponderância do “medo do castigo” como motivo da confissão;
- * falta de uma verdadeira conversão como expressão de uma vida reconciliada e integração na comunidade.

1.3.4. – Quanto à atitude dos pastores e demais agentes de pastoral, frente às posições de conversão, perplexidade e tradicionalismo

Neste sentido, podemos elencar alguns fatos que completam a visão da situação da pastoral da penitência entre nós:

- * a introdução da absolvição geral em atenção ao direito dos fiéis a celebrar sacramentalmente o perdão dos pecados;
- * a opção por novas prioridades pastorais ou pela profissionalização do clero que reduz o tempo antigamente empregado em ouvir confissões;
- * a insegurança e a busca de um conteúdo teológico moral, face a este sacramento;
- * o grande número de comunhões, inclusive de pessoas que necessitariam de prévia confissão, segundo as atuais determinações da Igreja;
- * falta de unidade na orientação da pastoral penitencial, quanto à pluralidade de formas de celebração;
- * insegurança quanto ao que seja atualmente considerado pecado;
- * falta de espírito de pastor, por parte de confessores que realizam absolvições mecânicas e aceitam, por comodismo, a absolvição geral ou confissão comunitária como meio mais fácil e mais rápido de se celebrar este sacramento;
- * falta de valorização da tarefa penitencial como estímulo à conversão e como reforço à dimensão social do sacramento;
- * catequese não adequada para fazer aparecer mais claramente a natureza e os efeitos do sacramento da penitência.

Toda esta realidade complexa exige de nós, a seguir, um esforço de reflexão teológica.

CAPÍTULO II: ENFOQUES TEOLÓGICOS

2.1. – O pecado na vida do homem

2.1.1. – Vocação do homem à santidade

O homem se sente intimamente atraído a realizar, na sua história, a imagem segundo a qual foi criado, já que Deus o constituiu dotado da capacidade de conhecer e amar, para poder, ao governar e transformar toda a criação, glorificar o mesmo Deus e assim santificar-se (cf. GS 12; 22)⁵.

Em virtude de sua vocação à filiação divina, deve o homem realizar, na sua história, a imagem de Filho de Deus, pois nesta realidade foi constituído desde a sua origem, tendo sido dotado da capacidade de viver em comunhão com Deus e, em Deus, com todos os outros homens, no perfeito domínio de si mesmo e de toda a criação e assim, feliz, glorificar a Deus.

A realização da santidade é crescer nesta linha em solidariedade com todos os outros que receberam a mesma vocação. Esta santidade promove um nível de vida mais humano em todas as suas dimensões (cf. GS 12; LG 40)⁶.

2.1.2. – Pecado, destruição do homem

A indiferença a esse esforço de crescimento a que o homem é chamado por seu Criador é a primeira manifestação do pecado, que pode se agravar até à total desintegração da pessoa humana e à ruptura com Deus.

A visão teológica do pecado, assentando-se sobre as dimensões antropológicas do mal que se verifica na realidade do mundo, vem completá-las. Com efeito, a fé denuncia a gravidade do desprezo do homem pelos imensos benefícios com que Deus o dotou (cf. 2Sm 12)⁷.

2.1.3. – O homem e o pecado

Com a entrada do pecado no mundo (cf. Rm 8,12)⁸, o homem experimenta uma ambigüidade no íntimo de seu ser quanto à realização do ideal a que é chamado e, não raro, passa a buscar sua própria realização prescindindo de Deus (cf. GS 13)⁹.

2.1.4. – O homem e sua orientação de vida

Sem uma referência ao seu fim último, que é Deus no seu plano de amor em que o homem é chamado a participar da vida e da felicidade de Deus, como filho, o mesmo homem viverá desorientado tanto no que se refere à sua pessoa, como na sua relação com os demais e com o resto da criação. Sem uma orientação de vida para o bem, o homem submerge-se em muitos males. Estes não têm sua origem no Criador, que é bom (cf. GS 13)¹⁰.

O homem livre se dignifica pela adesão consciente a esse plano de Deus que encaminha sua existência terrena para a plena e feliz realização de seu próprio anseio de perfeição (cf. GS 14; 17)¹¹.

2.1.5. – Cristo, revelação da vocação do homem

Cristo é aquele que revela plenamente o homem ao próprio homem e lhe descobre a sublimidade de sua vocação. Toda recusa consciente e consentida de aceitá-lo e tomar a sério sua mensagem, para assemelhar-se a Ele, é pecado que destrói o próprio homem. Conseqüentemente é também uma ofensa a Deus e ruptura de comunhão com Ele, que quer que todo homem viva de acordo com o que é, a saber, sua imagem e semelhança (cf. Gn 1,26-27a)¹².

No entanto, desde o princípio da história, o homem, instigado pelo demônio, procurou seu próprio caminho, desviando-se da direção traçada pelo Criador. Rejeitou, pois, a salvação, multiplicando seus desvios por responsabilidade pessoal e criando na sociedade humana um clima de injustiça onde a responsabilidade de cada um se dilui no anonimato duma responsabilidade coletiva (cf. GS passim).

Não obstante esse afastamento do homem, Deus quis vir ao seu encontro, fazendo com ele Aliança, e assim libertá-lo de seus males e de suas aflições, convocando-o para reunir-se em povo que buscasse a plena realização de suas aspirações íntimas (cf. Oração Eucarística IV).

2.1.6. – Aliança e atitude dos homens

A aceitação ou a rejeição desta aliança entre Deus e o seu povo é uma tomada de posição fundamental de cada homem face a seu Deus e face à vida que Ele propõe (cf. Ez 36,27s; Jr 31,31s)¹³. A rejeição da Aliança é a morte para o homem (Sl 1,12)¹⁴, acarreta sua exclusão do povo e a separação de Deus.

A aceitação da Aliança não torna o homem imune ao pecado. Com efeito, este pode pecar, mas, por causa do obscurecimento de sua inteligência e enfraquecimento da vontade, seus pecados nem sempre significam total negação da orientação de vida para Deus e, por isso, não acarretam a terrível ruptura de comunhão com Deus.

Grandes moralistas do passado asseguram ser difícil determinar o que é ou não é "pecado mortal".

Os atos, então, do homem, se tornam tanto mais graves quanto mais profundamente atingem a pessoa e a afastam da direção de vida para a qual Deus o chama.

Por outro lado, o homem só pode libertar-se do pecado impulsionado pelo Espírito, que o leva a empenhar-se com todas as suas forças em conhecer a Deus e a praticar o que é bom diante de Deus e dos homens. Só a atitude constante de conversão liberta o homem do pecado. Cristo, voltando para o Pai, pôde afirmar: "Eu venci o mundo" (Jo 16,33; cf. Jo 12,31; 1Jo 2,14)¹⁵.

2.1.7. – A consciência, norma de decisão

No mais profundo de si mesmo, o homem descobre a existência de uma lei. Ele não a dá a si mesmo, mas a ela deve obedecer. A voz dessa lei ressoa, oportunamente, aos ouvidos de seu coração, advertindo-o de que deve amar e praticar o que é bom e evitar todo mal.

É, pois, no íntimo de sua consciência que o homem decide seus atos e sente a culpa de seu pecado. É também no íntimo de seu coração que todo homem percebe o apelo para buscar o que é verdadeiramente bom e resolver com acerto os numerosos problemas morais com que se defronta pessoal e socialmente. E é só através de sua liberdade que o homem pode readquirir sua própria dignidade, quando tenha pecado (cf. GS 16 e 17)¹⁶.

2.1.8. – A lei moral

A responsabilidade da pessoa diante de sua própria dignidade e diante de Deus é que justifica o predomínio da reta consciência no julgamento de seus atos. Não se deve, contudo, ignorar que as pessoas e a sociedade não podem guiar-se pela cegueira dos caprichos individuais, e sim pelas normas de uma moralidade que corresponda à dignidade do homem, cuja imagem, revelada por Deus na história, resplandeceu admiravelmente na pessoa de Jesus de Nazaré. A lei moral fundamenta e forma a reta consciência dos indivíduos e da sociedade.

2.1.9. – Situação de pecado no mundo

Há situações no mundo que se apresentam em total desacordo com a dignidade da pessoa humana e com o plano de Deus, sem que ninguém sinta o grito de uma consciência culpada. Há situações de injustiça, marginalização, comercialização da pessoa, corrida desenfreada para valores que não satisfazem plenamente aos anseios da

pessoa humana e até a adoção de contra-valores que destroem e tornam os homens insensíveis aos bens maiores: são o pecado que impera no mundo e sufoca a voz da consciência (cf. Jo 8,21)¹⁷.

Ao denunciar tais situações estamos chamando a todos para assumir a própria responsabilidade de reagir construtivamente face a tais situações pecaminosas, a fim de conseguirmos nos encaminhar para uma sociedade mais humana, e assim libertar os homens de tais situações.

O pecado do mundo, também chamado pecado social, criando situações que condicionam a própria liberdade das pessoas, é o desafio aberto à missão da Igreja. Essa missão é de libertar o homem do pecado, para formá-lo, em Cristo, homem novo, numa comunidade em que reine a paz, fundada na justiça, na verdade, no amor e na liberdade.

A libertação do pecado só pode acontecer em Cristo que vence o mundo e vence o pecado, na sua Morte e Ressurreição, pelo dom do seu Espírito que dá testemunho da verdade no íntimo do homem e o atrai para o amor do Pai e dos irmãos.

2.2. – A Reconciliação em Cristo

2.2.1. – Cristo, Sacramento da Reconciliação

A Boa Nova da Reconciliação é Jesus Cristo. Nele resplandeceu, para todos os homens, o amor salvífico do Pai. Pelo mistério da Encarnação ele assumiu o pecado dos homens; entrou no mundo e, para salvar, entrou na casa dos pecadores. Por sua palavra e por sua vida entre os homens, revelou a misericórdia do Pai e denunciou o pecado dos homens, ensinando a todos o caminho da volta, do amor e da libertação.

Esta é a vontade do Pai: que por Ele todos os homens sejam salvos. No mistério de sua passagem por este mundo, consumada na morte-ressurreição e ascensão, tornou-se o único sacramento da reconciliação dos homens com o Pai e dos homens entre si.

2.2.2. – A Igreja, Sacramento da Reconciliação

A Igreja é o sinal e instrumento visível do Cristo invisível no meio dos homens. Na comunidade eclesial Jesus Cristo, no Espírito, continua a sua missão reconciliadora e libertadora. Por isso o grande desafio da Igreja é crescer na comunhão com Cristo, por meio da conversão, renovação e purificação, a fim de espelhar, sempre com mais fidelidade, a santidade do Esposo e denunciar ao homem a presença do pecado nas estruturas do mundo que se afasta do seu Deus. Pois “o Espírito com sua vinda, convencerá o mundo do Pecado, da Justiça e do Juízo” (Jo 16,8s)¹⁸.

Pela Igreja e na Igreja, o Pai, por meio do Cristo e no Espírito Santo, continua convidando todos os homens à salvação, oferecendo-lhes, na Palavra e nos Sacramentos, caminhos de libertação até a total plenitude em Cristo Jesus.

2.2.3. – O Batismo, inserção na comunidade dos reconciliados

Pelo Batismo, o homem é inserido em Cristo, e por Ele torna-se membro da comunidade dos reconciliados com o Pai no Espírito Santo. Povo santo e pecador, é enviado a celebrar, na história, a comunhão do Corpo e do Sangue de Cristo e anunciar a todos o perdão dos pecados e a viver, no dia a dia, um novo relacionamento com Deus e com o homem e sua história.

No Batismo, o homem também recebe um convite especial para tomar parte na mesa do Senhor, para fazer memória das grandes maravilhas operadas na comunidade do povo pelo Deus que perdoa os pecados dos homens, mas que quer viver com eles e levá-los à plena comunhão. Por Jesus Cristo, na comunidade eclesial hoje reunida, o Corpo é dado

e o Sangue é derramado para remissão dos pecados de todos e assim reconciliar o mundo com o Pai.

A participação no Sacramento da Eucaristia renova a caridade dos batizados, unindo o Sacrifício espiritual de sua vida ao Sacrifício de Cristo que se oferece, na obediência, pela vida do mundo (cf. Rm passim).

2.2.4. – Eucaristia e Reconciliação

A Eucaristia completa a incorporação com Cristo realizada no Batismo. Tornando presente a ceia sacrificial do Senhor – síntese do Mistério Pascal – a celebração eucarística proporciona aos homens a participação na Morte e Ressurreição do Senhor (cf. Intr. Geral ao Missal Romano, passim).

Quando oferecemos ao Pai o mesmo sacrifício de reconciliação do Cordeiro de Deus que tira o pecado do mundo, satisfazemos por nossos pecados, pois “o Senhor, aplacado por esta oblação e concedendo a graça e o dom da Penitência, perdoa-nos os crimes e os pecados, por maiores que eles sejam” (Concílio de Trento XXII sessão, cf. Denzinger S. 1743)¹⁹.

É por isso que na III Prece Eucarística dizemos: “Olhai com bondade a oferenda de vossa Igreja, reconhecei o sacrifício que nos reconcilia convosco... Que este sacrifício da nossa reconciliação estenda a paz e a salvação ao mundo inteiro”.

No momento da consagração dizemos também que o sacrifício foi e é oferecido para a remissão dos pecados.

2.2.5. – A vida do batizado é uma existência reconciliada

O cristão vive no mundo uma história de tensão, história de guerra e de paz, de pecado e de graça, de divisão e de unidade, de egoísmo e de comunhão, de individualismo e de fraternidade, de isolamento e de participação, de sociedade e de comunidade.

Enquanto espera pela vinda do Senhor, o cristão é chamado a viver, em Igreja, o mistério de uma existência reconciliada, no meio do mundo, experimentando em si a fragilidade e as conseqüências do pecado.

Nesta realidade histórica de tensão, o homem de fé é chamado a viver, dia após dia, uma conversão contínua e renovada, respondendo aos apelos do Espírito Santo. Mas uma certeza o acompanha neste caminhar: a presença da misericórdia reconciliadora do Senhor Ressuscitado, aceita por ele no Batismo. A experiência do pecado, para o batizado, deve levá-lo a uma nova abertura para o perdão, que é a experiência da misericórdia do Senhor.

2.2.6. – Na misericórdia do Senhor, os diversos caminhos do perdão

Deus Pai sempre toma a iniciativa e oferece de novo a graça da comunhão no Espírito Santo a todo homem. Na graça do mistério reconciliador do Cristo, o homem pode abrir-se e acolher a salvação de Deus, na atitude de conversão.

O convite de Deus e a resposta do homem devem acontecer e se expressar na vida e na reunião da comunidade, tornando-se assim visibilidade sacramental.

Na sua história, a Igreja tem reconhecido diversos modos, atitudes e lugares para expressar a conversão e a reconciliação, como sejam: a vida de fé, os gestos de fraternidade, o perdão das ofensas mútuas, a caridade da esmola, as formas de jejum interior e exterior (4º mandamento da Igreja), a oração comum (especialmente o Pai-nosso), a unção dos enfermos e a celebração eucarística.

Todos estes modos e atitudes constituem momentos fortes que manifestam a conversão cristã e oferecem certa eficácia de reconciliação, pois participam da ação ministerial e reconciliadora da Igreja (cf. GS 37)²⁰.

O novo Rito da Penitência reconhece o valor das celebrações penitenciais (cf. n.37)²¹, pois a Igreja-Sacramento tem diversos caminhos que levam ao perdão dos pecados e ao crescimento na comunhão com o Pai e com os irmãos. Extremamente rica é a história deste sacramento na vida da Igreja.

2.2.7. – A Igreja, Comunidade Ministerial, celebra o Sacramento da Penitência

A Igreja é uma comunidade a serviço da reconciliação e da salvação dos homens. Dentro desta realidade salvífica da Igreja é que deve se situar a celebração do sacramento da penitência.

A Igreja-comunidade tem consciência de que traz em seu seio santos e pecadores: “povo santo e pecador”, reza-se na Oração Eucarística V. Contemplando-se no Cristo, sempre descobrirá que ainda não é a Esposa sem mancha, a noiva preparada para as núpcias com o Cordeiro (Ap 21,2.9)²², e que não é ainda a revelação perfeita do Amor do Pai, assim como foi o Cristo histórico.

As comunidades sempre tiveram consciência de serem compostas de cristãos que pecam e que, portanto, precisam voltar-se para Deus, o qual nunca nega seu perdão ao coração contrito e humilhado (SI 50)²³.

Pecado e infidelidades sérias levam a uma ruptura de comunhão com Deus e a um afastamento da comunidade eclesial, fazendo o homem voltar ao jugo do poder das trevas, além de causarem escândalo para os irmãos que têm o direito de ver, na comunidade, o sinal e o testemunho da mensagem evangélica e da presença do Senhor.

Para tais situações infelizes, exige-se um processo de reparação e de reconciliação, cujas expressões concretas sofreram mudanças através dos tempos, mas que no sacramento da penitência sempre encontram a graça do perdão e a reintegração na comunidade eclesial pela mediação visível da Igreja.

2.2.8. – A Comunidade Ministerial necessita de ministros da Reconciliação

Na celebração do mistério da reconciliação, toda a comunidade eclesial desempenha um papel de mediação pela oração comum que é a intercessão em favor dos pecadores e dos próprios membros da comunidade. Mas a estrutura teológica da assembléia litúrgica sempre exigiu ministros que presidissem aos fiéis reunidos em nome do Senhor, que é Cabeça e Pastor de seus membros (cf. LG 28; 25)²⁴.

Aos apóstolos, Cristo confiou um ministério de confirmar os irmãos na fé e de os animarem na caminhada para o Pai. Os sucessores dos apóstolos, os Bispos com seus cooperadores, os presbíteros, exercem pois a função de estar à frente da comunidade presidindo à fé e à oração, bem como à comunicação no amor mútuo de irmãos. Com efeito, pode-se dizer com acerto: “Quando o ministro batiza é o mesmo Cristo que batiza” (cf. SC 7)²⁵. Os ministros, portanto, agem à frente da comunidade como a pessoa do próprio Cristo que preside à sua Igreja.

Compete aos ministros avaliar a fidelidade e a intensidade de conversão que traz os penitentes à comunidade, a fim de perdoar seus pecados ou retê-los para um tempo de salutar penitência (cf. Jo 20, 23)²⁶.

É ministério dos que presidem conduzir a comunidade de tal modo que esta possa encontrar os caminhos para servir ao Senhor e viver na caridade com os irmãos.

2.2.9. – Necessidade e utilidade deste sacramento

O recurso ao sacramento da penitência, conforme doutrina de Cristo e da Igreja, torna-se normalmente indispensável para os fiéis que tiveram a infelicidade de ofender gravemente a Deus. A recusa de submeter-se ao “poder das chaves” (cf. Mt 16,13-19; 18,18)²⁷ nega a mediação da própria Igreja que é sinal e instrumento de salvação.

Ainda mais, a Igreja tomou consciência de que o sacramento da penitência é de grande utilidade para todos os batizados penitentes, quando retamente compreendido e celebrado (cf. Rito n.7b)²⁸.

O sacramento se torna a expressão culminante da virtude da penitência e do perdão na vida da Igreja. A própria virtude da penitência está orientada para a expressão sacramental do perdão (cf. Rito n.4)²⁹, assim como as celebrações não sacramentais recebem sua plena significação no contexto da celebração sacramental da Igreja que tem múltiplas manifestações.

O sacramento da penitência exprime, de modo pleno, a vida de conversão e de reconciliação da Igreja. Pode, pois, ser celebrado como meio de progresso espiritual, como impulso para um crescente dinamismo de conversão e reafirmação continuada de uma vida para Deus e o próximo. Neste sentido temos as recomendações do Concílio Vaticano II (cf. PO n.6; veja-se também a Instrução “Dum canonicarum legum” de 8 de dezembro de 1970; AAS LXIII-30 aprilis-1971, p.318).³⁰

A confissão de pecados leves renova o encontro com o Cristo misericordioso, salvaguardando a liberdade de consciência de quem tem dúvidas ou pecado venial de maiores conseqüências. Resguarda outrossim a fama dos que se aproximam do sacramento da penitência por necessidade estrita, por pecados graves.

2.3. – Dimensões do Sacramento da Penitência

2.3.1. – Um sacramento da Igreja

Ao celebrar este sacramento, a Igreja tem consciência de que todos e cada um desempenham um papel mediador que manifesta a dimensão eclesial do universo sacramental. Se bem que compete ao ministro dar a absolvição, todos participam, em Igreja, da reconciliação dos irmãos (cf. Rito n.8)³¹.

É claro que as formas comunitárias da reconciliação manifestam melhor esta dimensão (Rito n.22)³². É bom lembrar, porém, que mesmo na confissão individual o penitente não é um membro isolado, passivo, mas desempenha um papel ativo de Igreja e faz parte da própria estrutura eclesial do sacramento (cf. Rito n.11)³³.

2.3.2. – Um sinal de reconciliação e de amizade

A teologia subjacente no Ritual até há pouco em vigor usa sobretudo a simbologia do julgamento, enquanto que a teologia do cristianismo primitivo, retomada no novo Rito, acentua o aspecto da consciência de ser pecador e a necessidade de conversão.

Isto reaparece no novo modo de se expressar na Igreja (cf. Rito n. 15, 22, 31)³⁴, que insiste sobre o reconhecimento da distancia que se instalou entre amigos, ligados por uma Aliança não cumprida e que, portanto, tem aspectos de ruptura da relação amical. A reconciliação se inicia com o propósito de voltar, continua num processo de conversão que se acentua no íntimo do penitente, fazendo seu coração desejar e se esforçar por conseguir o estado anterior de amizade.

Nesta dimensão, o encontro do pecador-penitente com o confessor ou com a comunidade presidida por seus ministros, se torna o momento de significar o reencontro de seu lugar no seio da Igreja. É neste sentido que se insiste mais sobre a gratuidade do gesto penitencial e da Palavra de perdão, do que sobre a minuciosa acusação dos pecados.

2.3.3. – Sacramento de louvor e ação de graças

A percepção do sentido do pecado está diretamente ligada ao sentido de Deus, para o cristão. É diante da bondade imensa do Pai, revelada em Jesus de Nazaré, que o pecado do homem aparece com toda sua gravidade: recusar o amor, resistir Àquele que atrai o homem para si, romper a Aliança, calcar aos pés o Filho de Deus, profanar seu sangue e ultrajar o Espírito Santo (cf. Hb 10,29).³⁵

Tudo isso é que agrava o pecado do homem que conheceu Deus em Jesus Cristo. Ao ser perdoado, o cristão sente necessidade de louvar a misericórdia e a benignidade do Senhor, bem como de render graças ao Deus do perdão. Só a confissão da grandeza de Deus permite ao homem a alegria de quem se sente perdoado por amor. Sem essa dimensão de louvor e de gratidão, o Sacramento da Penitência poderá ser uma humilhação, mas não será o sacramento da libertação. A oração conclusiva, proposta pelo Rito da Penitência (cf. n.207) retoma o estilo literário de prefácio que evoca uma forma de “eucaristia”.

2.3.4. – Sacramento da alegria pascal

A páscoa do Cristo é que confirma a possibilidade de passar deste mundo de pecado para o Pai. Jesus, ao falar de sua Hora, pede ao Pai para glorificá-lo na glória que tinha antes (cf. Jo 17)³⁶. Assim, na Páscoa do Cristo todos os homens somos libertados nele e obtemos a remissão dos nossos pecados. “Elevado da terra, ele atrai para si todos os homens” (Jo 12,32)³⁷.

A libertação dos pecados pelo Sangue derramado e pelo Corpo entregue para a vida do mundo, faz com que os pecadores redimidos conscientemente pelo sacramento da penitência, cantem hinos de louvor e dêem graças ao Deus de misericórdia que perdoa seus filhos para reintegrá-los na glória com que coroou seu próprio Unigênito.

A alegria do perdão deve, pois, transparecer na celebração em cantos e em atitudes. Se o pecado é a degradação do homem, o perdão o reabilita; se o pecado humilha, o perdão restabelece na dignidade de filho; se o afastamento entristece, a volta traz consigo o júbilo que provoca a festa de um banquete (cf. filho pródigo: Lc 15,11-32; Zaqueu: Lc 19,1-10)³⁸.

CAPÍTULO III: NOVO MODO DE CELEBRAR A PENITÊNCIA

3.1. – Singularidade

“Raras vezes a pastoral de um sacramento dependeu tanto da renovação de um Ritual como, no momento, está dependendo a do sacramento da Penitência. Trata-se de um sacramento que, ao longo da história da Igreja, conheceu em sua disciplina, vicissitudes e praxes diversificadas, e que se encontra, atualmente, mais que qualquer outro, em plena fase evolutiva, procurando sua verdadeira imagem. Todos lamentam o crescente afastamento deste sacramento por parte do povo cristão, ou a revolta dos que o dispensam, dizendo que se confessam diretamente a Deus. Mas ninguém poderia pensar em voltar à disciplina e à pastoral deste sacramento anteriores ao Concílio Vaticano II” (Apresentação ao “Rito da Penitência”).

3.2. – Objetivo

A Igreja, ao apresentar o novo Rito da Penitência, manifestando sua solicitude, quer pôr em evidência o ensinamento conciliar: “Aqueles que se aproximam do sacramento da penitência obtêm da misericórdia divina o perdão da ofensa feita a Deus, e, ao mesmo tempo, são reconciliados com a Igreja que feriram pecando e a qual colabora para sua conversão com caridade, exemplos e orações” (LG 30)³⁹.

3.3. – Novos enfoques do Rito

Analisando o novo Rito da Penitência, queremos, aqui, salientar seus novos enfoques:

3.3.1. – *A Palavra*: nos três ritos da celebração sacramental do perdão e nas demais celebrações penitenciais realça-se a importância da Palavra de Deus. Como Cristo e os Apóstolos iniciaram sua pregação com o anúncio da penitência e o chamado à conversão (cf. Mt 3,2; 4,17; Mc 1,4; 2,14-15; Lc 3,3 etc.)⁴⁰, assim também a Igreja principia a celebração da penitência com a proclamação da Palavra, “capaz de salvar nossas almas” (Tg 1,21)⁴¹. Desta forma, sublinha-se o papel importante da Palavra no processo da conversão, pois ela move à conversão e assim é proclamada na celebração penitencial. Aparece também viva e eficaz no ato da absolvição, através da fórmula sacramental, que deve ser pronunciada de tal modo que permita ao penitente ouvi-la como a voz do Cristo que, pela Igreja, perdoa seus pecados.

3.3.2. – *A intercessão*: nas celebrações comunitárias, com ou sem absolvição, aparece a prece dos fiéis, ocupando um lugar bastante amplo e de destaque: é a função mediadora da comunidade no serviço de reconciliação dos seus filhos, que se exprime através das preces de intercessão.

Além disso, vejam-se os exemplos para determinados tempos e diversas categorias de pessoas (cf. Apêndice 2)⁴².

3.3.3. – *Dimensão social do pecado*: o novo Rito frisa o pecado, não apenas enquanto ofensa a Deus, mas também como dano causado à comunidade eclesial, cuja santidade é ofuscada pelo pecado. Também os pecados mais pessoais e ocultos não deixam de ter repercussão desfavorável sobre o Corpo Místico de Cristo e sobre o próprio mundo. Assim, a Igreja, fiel a seu próprio ensinamento (cf. SC 109 b)⁴³, no ministério da reconciliação, leva o homem a considerar, hoje, de modo especial, as conseqüências sociais do pecado, sem se esquecer de insistir na natureza própria da penitência, que detesta o pecado como ofensa a Deus.

3.3.4. – *A ação de graças*: como o grande salmo da penitência (Sl 50)⁴⁴ tem palavras de júbilo pelo perdão concedido por Deus, assim a celebração do sacramento da penitência, no espírito eclesial, encontra expressões de alegria pascal e de profunda gratidão pela manifestação da misericórdia de Deus, pela purificação do penitente e por sua reintegração na comunidade.

3.3.5. – *A formação da consciência*: o homem, inserido na comunidade eclesial pelo batismo, é responsável pelo crescimento da comunidade, que procura atingir a plenitude em Cristo (Ef 3,19)⁴⁵. Isso aparece em cada rito, bem como no apêndice 3, onde se apresentam esquemas de exame de consciência que devem ser considerados como um impulso para a formação da consciência. Pois, por sua natureza, o sacramento da penitência, bem administrado e bem recebido, “contribui, em grau bem elevado, para fomentar a vida cristã” (CD 30)⁴⁶, porque tende a favorecer a formação da consciência (LG 36; GS 16; DH 14)⁴⁷, e, por conseguinte, ajuda a levar os fiéis à maturidade cristã tão necessária (PO 6)⁴⁸.

3.3.6. – *O incentivo ao espírito penitencial*: as celebrações penitenciais não são apenas formas de preparação à celebração mais frutuosa do Sacramento, mas têm um valor em si e uma real eficácia; além disso são modalidades que incentivam o verdadeiro espírito penitencial da pessoa e da comunidade.

3.3.7. – *A pluralidade de formas*: o novo Rito apresenta várias formas de celebrar a vida penitencial da Igreja. Em algumas dessas celebrações, realiza-se o sacramento da penitência. Nestes casos, depois das leituras e da homilia, usar-se-á: – ou o Rito para a reconciliação de vários penitentes, com confissão e absolvição individuais (n.54-59); – ou o Rito para a Reconciliação de vários penitentes, com confissão e absolvição gerais (n.60-63), nos casos particulares previstos pelo direito e regulamentados pelo bispo diocesano.

Além das celebrações sacramentais, o novo Rito da Penitência apresenta outros modos que ilustram a riqueza da pluralidade de formas na celebração penitencial da Igreja.

3.3.8. – *A vida penitencial*: a vida cristã não somente deve ser marcada pelo espírito penitencial, em dias ou tempos altos de penitência (SC 109; Const. “Paenitemini” AAS 31 de março de 1966)⁴⁹, mas “toda ela há de ser penitência perpétua” (Concílio de Trento, DS 1964). Nesta vida penitencial, enquadra-se o sacramento da penitência como expressão summa de conversão, pela qual o cristão, procurando continuamente purificar-se, busca, através do ministério da Igreja (2Cor 5,18)⁵⁰, o perdão de seus pecados pós-batismais, que são verdadeiras ofensas a Deus, ferem a Igreja e têm conseqüências pessoais e sociais que, hoje, de modo especial, devem ser levadas em consideração (LG 11; SC 109b; PO 5)⁵¹.

CAPÍTULO IV: PERSPECTIVAS PASTORAIS

4.1. – Medidas Gerais

4.1.1. – É preciso continuar a missão fundamental da Igreja de anunciar a penitência e a conversão, apresentando o Cristo como libertador das situações de pecado que se verificam no Mundo e na Igreja.

A volta às comunidades eclesiais de base é sem dúvida uma resposta e um convite a esta conversão concreta, capaz de instaurar um contexto de conversão sempre renovada e contínua. Essa é a tarefa primeira da Igreja, a missão fundamental dos apóstolos (cf. Mt 3,2; 4,17 e paralelos; Lc 24,46; Atos, passim e Hb 6,1)⁵².

4.1.2. – Para isso, tendo diante dos olhos as situações atuais, é necessário formar a consciência moral dos fiéis, dando-lhes a verdadeira noção de pecado. A catequese e a pregação em geral não podem empregar critérios rígidos nem deixar na insegurança. A situação de pecado e a vocação a uma vida perfeita devem estar presentes no ensinamento da Igreja.

4.1.3. – A conversão para o batizado se manifesta em todos os momentos e ambientes de sua vida e o leva, inclusive, à freqüência assídua a uma comunidade que vive da Palavra e do Sacramento, no aprendizado do ensinamento de Jesus e onde se expressa, em gesto, a atualidade da presença do Cristo.

4.1.4. – Apresenta-se a comunidade como o lugar concreto da realização da vida cristã enquanto sinal da conversão. A entrada no Reino de Deus não pode ser apenas um desejo ou uma interioridade da pessoa humana; há uma dimensão de sinal da salvação e de instrumento que requer uma atitude de participação concreta na comunidade.

4.2. – Tempos fortes de Penitência na Liturgia

4.2.1. – Na pastoral da penitência é preciso revalorizar aqueles tempos litúrgicos que por sua natureza têm um espírito capaz de levar à conversão (Quaresma, Advento, Rogações, Peregrinações - cf. SC 110)⁵³.

* A Quarta-feira de cinzas não poderá reduzir-se ao simples rito de distribuir as cinzas, mas deve tomar um cunho de entrada na Quaresma que poderá ser um encaminhamento para uma celebração penitencial a ser realizada sacramentalmente em tempo oportuno.

* O rito penitencial da missa deveria tomar especial relevo nestes tempos litúrgicos e em outras ocasiões em que se queira dar realce à atitude penitencial. Pode ser usado como reativação pastoral de todas as práticas penitenciais. Essas práticas devem possibilitar uma mais digna aproximação da Eucaristia.

Em grupos pequenos, pode haver até acusação pública de uma ou outra falta exterior, o que contribui para maior intimidade e auxílio mútuo. Isto é particularmente possível com assembleias de maior vivência cristã. Depois de cada falta, pode-se levar toda a

assembléia a responder: “Perdoai-nos Senhor” – ou outra fórmula semelhante – como prova de solidariedade e corresponsabilidade.

4.2.2. – A preparação para os sacramentos do batismo, da primeira eucaristia, da confirmação, do matrimônio, deve criar um espírito de reintegração mais consciente na comunidade eclesial.

A celebração do Sacramento da Penitência, nessas ocasiões, pode significar um reinício da atitude de conversão, além de revalorizar este sacramento na consciência dos fiéis.

4.2.3. – Nos lugares e momentos em que o anúncio da conversão deve ter prioridade por causa dos aglomerados de pessoas não explicitamente evangelizadas (peregrinações, romarias, santuários...), as celebrações penitenciais ganham especial importância e são mesmo necessárias. Cuide-se, pois, de preparar celebrações comunitárias que correspondam à índole própria destas circunstâncias.

4.2.4. – Nas novenas e tríduos de padroeiros(as), nos retiros espirituais, é oportuno que se dedique um dia à celebração da Penitência.

4.2.5. – No caso de a penitência estar sendo abandonada ou caindo na rotina, é conveniente que se promovam periodicamente celebrações em dia e hora determinados. Sendo necessário, poder-se-á substituir a celebração da Eucaristia, num dia de semana, pela celebração comunitária da penitência. Isto pode ocorrer tanto na paróquia como em comunidades religiosas. É importante que nessas celebrações se imponha, como penitência, uma tarefa concreta, com perspectivas comunitárias, a ser executada.

4.2.6. – Onde o contexto permitir, se renovem e valorizem as procissões penitenciais do Tempo da Quaresma e das Rogações (cf. SC 109)⁵⁴.

4.2.7. – Nas comunidades religiosas, sobretudo por ocasião de ingresso no noviciado, emissão de votos ou em reuniões provinciais, seja expressa a dimensão de conversão da comunidade pela celebração penitencial.

4.3. – Educação para o espírito de penitência

O quarto preceito da Igreja – “Jejum e abstinência” – seja incentivado não só como ascese pessoal, mas como participação nos sofrimentos de Cristo e sobretudo como possibilidade de auxílio aos pobres. É este mesmo espírito que deve permear toda a Campanha da Fraternidade, durante a Quaresma, com ressonância durante o ano todo.

* Dar a devida ênfase ao caráter penitencial das sextas-feiras, orientando-o, quando possível, para uma tentativa de restauração da justiça no atendimento aos pobres.

* Dar um caráter de prática penitencial à caridade organizada, por exemplo, Natal dos pobres, socorro de emergência a flagelados, como tentativa de despertar em todos a fraternidade, como sinal de conversão a Deus e ao próximo.

* Convidar grupos de fiéis a reservar algo, semanalmente, fruto de abstenção, para entregar aos pobres, numa perspectiva de ajudar a promoção humana.

* Valorizar e incentivar a colaboração comunitária entre famílias, comunidades eclesiais de base, grupos, em todas as ocasiões necessárias e oportunas.

* Aproveitar os sofrimentos diários como prática de penitência. Quanto possível deve-se levar o povo a não se acomodar aos sofrimentos, mas a remediá-los. Mas quando independentem de nossos esforços, suportar esses sofrimentos na consciência de que Deus os aceita como redenção de nossos pecados.

* Elaborar, com especial cuidado, ritos para o dia das Cinzas, Finados, Missões populares e outras ocasiões.

* As devoções populares sejam aproveitadas para educação do espírito da penitência, tendo-se, porém, sempre presente que devem ter um cunho de derrota do pecado pela ressurreição.

* Nas pregações levar o povo a uma atitude penitencial em suas dimensões pascais de libertação, máxime quando se trata de celebração sacramental da penitência (cf. "Rito da Penitência" – Introdução, n.3-4)⁵⁵.

4.4. – Celebração do Sacramento da Penitência

4.4.1. – Confissão individual

Na 14ª Assembléia Geral dos Bispos do Brasil ficou aprovado em votação que "o local normal para ouvir confissões seja o confessionário tradicional ou outro recinto apropriado".

4.4.1.1. – Seja no entanto providenciado um local discreto, anexo ao corpo da própria igreja e de fácil acesso, para que os fiéis, ao entrarem e saírem do templo possam ver claramente o "recinto apropriado" ou uma clara indicação deste e assim se sintam convidados à prática do sacramento.

4.4.1.2. – Quanto aos gestos, é importante que sejam expressivos e se situem no contexto de uma ação eclesial.

4.4.1.3. – Para as confissões individuais haja horários certos e visivelmente afixados. Elimine-se confissão durante a missa e durante qualquer outra celebração da comunidade no mesmo recinto (Euch. Myst. 17).

4.4.1.4. – A confissão individual se desenvolva numa linha de diálogo e colóquio fraternal entre penitente e confessor. Procure este ter para com o penitente atitudes de paciência, compreensão e misericórdia, inspirados nos exemplos de Cristo.

A penitência celebrada de modo individual, não pode reduzir-se ao perdão dos pecados, mas deve colocar em realce o valor personalizante do aconselhamento, da orientação de vida e da direção espiritual. Sem confundir os campos, a acusação individual dos pecados espera, por parte do confessor, uma resposta da Igreja como formadora da consciência e uma crítica do juízo interpretativo quanto aos atos do penitente. Não se negue a ninguém o direito de ser ouvido quando manifeste o desejo de atendimento pessoal.

4.4.1.5. – A tarefa penitencial não seja apenas uma formalidade, mas o confessor tenha o cuidado de dialogar com o penitente, pedindo sua sugestão ou motivando para uma prática concreta que vá ajudar o processo de conversão por um esforço convergente de atos que possam servir de remédio às faltas acusadas.

4.4.1.6. – Em caso de grande concurso de povo (Natal, Páscoa, Romaria...), providencie-se número suficiente de confessores. Caso isto seja impossível, recorra-se à celebração comunitária em pequenos grupos, oferecendo, porém, um tempo razoável para a conveniente confissão individual.

4.4.2. – Celebrações comunitárias da penitência

4.4.2.1. – A celebração comunitária é sem dúvida meio de formação da consciência do povo. As perguntas porém que se devem fazer são: Como despertar o povo para uma nova visão na vivência da fé e tirá-lo da rotina de ir pedir perdão sem mudar de vida? Como evitar uma sacramentalização indiscriminada?

Eis algumas pistas de idéias-força:

* necessidade de um ideal comunitário e condições para que os fiéis possam se integrar numa comunidade concreta;

* necessidade de celebrações temáticas, por exemplo: as injustiças sociais, a solidariedade humana e cristã, a "geração da Igreja em termos de fraternidade", a ausência nas assembléias eucarísticas, os mandamentos de Deus...

* indicar a situação de pecado em que vivemos e mostrar que estamos comprometidos com esta situação. Há pecados-causas e pecados-efeitos. Despertar, através da celebração, para a vitória sobre os pecados-causas.

4.4.2.2. – Quanto ao sentido: as celebrações podem tomar um caráter autenticamente comunitário ou ter apenas um cunho coletivista.

Um exame de consciência individualista, em que cada um considera só sua relação com Deus, faz da celebração um ato coletivo mas não comunitário.

À medida que todos tomam consciência da dimensão comunitária do pecado e de suas implicações sociais e querem contribuir para que a comunidade saia do pecado, então temos uma celebração comunitária.

4.4.2.3. – Quanto à satisfação a ser imposta: sejam tarefas concretas que ajudem o povo a sentir-se solidário. Há dificuldades reais em descobrir tarefas concretas que atinjam a comunidade. Existe mesmo o perigo de a comunidade se fechar sobre si mesma, procurando resolver apenas seus problemas e não comprometer-se numa luta para vencer o pecado no mundo. É indispensável que se leve a uma abertura maior.

4.4.2.4. – Quanto ao rito e à escolha dos textos, é deixada grande margem à criatividade dos presidentes e ministros da celebração. Para isto basta verificar os exemplos de celebrações temáticas apresentadas pelo próprio Rito, onde se diz claramente que em tais celebrações pode-se, oportunamente, dar a absolvição sacramental (cf. Apêndice 2 n. 4)⁵⁶.

4.4.2.5. – Mais ainda do que na penitência individual, a celebração comunitária deve sublinhar a dimensão de ação de graças pelo perdão concedido, bem como de louvor à misericórdia do Senhor. Note-se, a respeito, o estilo de prefácio ou de “eucaristia menor” das orações propostas pelo Rito (n.39 das normas, n.56-57 e n.206)⁵⁷.

4.4.2.6. – O gesto concreto a ser pedido aos penitentes que desejam receber a absolvição, quando esta é dada de modo geral, visa distinguir as pessoas que aceitam a penitência sacramental das demais presentes no mesmo recinto, mas que não estão dispostas ou não julgam necessária a absolvição (cf. Rito n.35b)⁵⁸. Compete ao bispo diocesano determinar ou indicar os gestos capazes de significar claramente esta participação no perdão concedido sacramentalmente (cf. Assembléia da CNBB, Itaiçi, novembro de 1974 em: Comunicado Mensal, novembro, 1974, p. 1060).

4.4.2.7. – Para a satisfação penitencial, indiquem-se boas obras a praticar, como seja a visita a um doente, a um presídio, lugar pobre... No caso de se impor uma oração como penitência, seja ela orientada para determinada intenção e relacionada com os pecados confessados ou mais acentuados no tema da celebração, quando se trata de confissão geral.

Mais do que um ato passageiro, a tarefa penitencial poderá tomar um cunho educativo, se o confessor sugerir um “breve exercício” a ser conservado ou repetido por alguns dias consecutivos.

4.5. – Situações especiais

4.5.1. – Quando houver grande afluência de penitentes, sejam estes preparados em grupos e com a ajuda de catequistas, para que o rito da Palavra e a ação de graças se realizem em comum, atendendo o confessor a grupos menores e assim evitando longa espera por parte das pessoas.

4.5.2. – Insista-se na utilidade das celebrações penitenciais sem absolvição sacramental (Rito n.37)⁵⁹. Estas podem, com grande proveito, ser celebradas também sob a direção de outros ministros que não sejam presbíteros. A prática de tais celebrações educará a

consciência dos fiéis a buscar o perdão não apenas no sacramento, mas na oração da Igreja, máxime na vivência renovada da caridade. 'Celebrações de várias espécies podem desempenhar um papel na formação litúrgica das crianças' (cf. Diretório das missas com crianças n.13)⁶⁰ e também dos adultos. Alerta-se, no entanto, para a diferença entre esta celebração e a absolvição sacramental.

4.5.3. – Especial destaque merece a possibilidade de variar as formas de celebrar o Rito Penitencial no início da celebração eucarística. Além das três propostas pelo ordinário do missal romano e que já oferecem inúmeras possibilidades de variações, o Rito de aspergir os fiéis com água benta pode tomar o lugar do Ato Penitencial, máxime nos dias em que se faça uma adequada motivação e se ligue o rito da água com o batismo e se dê um cunho penitencial a esta recordação do batismo por parte da comunidade (cf. Missal Romano, Apêndice n.1)⁶¹.

4.5.4. – Assim como entre os Pastores há alguns que são especializados em determinados setores da Pastoral, haja também preocupação de preparar ministros da Penitência, mediante estudo mais profundo de Psicologia e de Moral, bem como de Espiritualidade.

CONCLUSÃO

A Conferência Nacional dos Bispos do Brasil espera que essas constatações de alguns aspectos da situação pastoral da Penitência, os enfoques teológicos propostos à meditação de pastores e demais agentes de pastoral, a riqueza do Novo Rito do Sacramento da Penitência e as sugestões de algumas iniciativas práticas, venham ao encontro das necessidades do Povo de Deus e do desejo de melhor servir, por parte dos responsáveis pelo anúncio da Boa-nova.

Bendito seja, pois, Aquele que nos reconciliou consigo em Cristo e nos confiou o ministério da reconciliação.

Foi Deus, Pai de misericórdia, que reconciliou o mundo em Cristo, seu Filho, não mais levando em consideração nossos pecados, mas depositando gratuitamente em nós a Palavra da reconciliação.

Somos, portanto, embaixadores do Cristo: é como se Deus mesmo exortasse por nosso intermédio: – “Converti-vos e crede no Evangelho” (Mc 1,18)⁶². Nós vos suplicamos em nome do Senhor Jesus: deixai-vos reconciliar com Deus (cf. 2Cor 5,18-20)⁶³.

Nota:1

SC 72: “O rito e as fórmulas do sacramento da penitência devem ser revistos de maneira a manifestar mais claramente a natureza e os efeitos do sacramento”.

Nota:2

Comunicado Mensal, n.236, maio de 1972, pp. 59-70: “*Documento da Comissão Nacional de Liturgia sobre a Renovação da Pastoral da Penitência*. Apresentação - Atenta à realidade da Igreja a no Brasil e às exigências pastorais, a Comissão Nacional de Liturgia sentiu necessidade de dirigir uma palavra orientadora a respeito da pastoral da penitência.

Dentro das programações, reservou sua reunião plenária do mês de dezembro de 1971 para estudar o assunto, convocando para isso assessores vindos dos diversos Regionais, além de pessoas que se dedicam à pesquisa e reflexão sobre relativos à penitência.

A preparação do ENCONTRO consistiu na nomeação de um coordenador para esta tarefa, o qual tomou contatos e reuniu contribuições sobre os pontos difíceis e que e que implicavam uma tomada de posição. Estas contribuições que agradecemos por terem sido muitas e valiosas foram mimeografadas em número restrito e coladas nas mãos dos convidados a participarem da reunião plenária da Comissão Nacional de Liturgia.

Nos dias 15-18 de dezembro de 1971, a Comissão Nacional de Liturgia se reuniu com assessores convidados para refletir sobre a matéria e chegar a conclusões que possibilitassem a elaboração de um documento pastoral.

Os resultados desses debates foram organizados de modo a constituírem um texto capaz de orientar os pastores no exercício do ministério da penitência e abrir perspectivas para uma atuação.

A Igreja deve ter consciência de que ela é portadora da mensagem da penitência para todos os homens. Por isso, na pastoral da evangelização deve intensificar a pregação da penitência universal, além de cuidar com

especial atenção da educação da fé dos já batizados, a fim de dispô-los para uma celebração eclesial conveniente e frutuosa do sacramento da penitência.

Igreja e mensagem libertadora - A Igreja torna visível a sacramentalidade do Cristo-Palavra encarnada. Esta Palavra é o ponto de referência para fazer tomar consciência do pecado. A Palavra julga, questiona e transforma. Ela conduz à comunhão com a vontade do Pai, todos aqueles que a aceitam e se convertem.

Esta busca da comunhão abrange todo o itinerário do homem. A Igreja, porém, tem diante de si um projeto que é a construção do Reino de Deus no mundo. Reino que deve aperfeiçoar-se, realizar cada vez mais a libertação, vencer a limitação, passando das trevas para a luz com a vitória sobre o pecado pela fidelidade à Aliança com Deus e às implicações sociais decorrentes.

A libertação, nos tempos atuais, tem por certo mil aspectos, mas é uma mensagem de que o mundo precisa. Esta libertação deve ser iniciada na história, mas colocada sempre na perspectiva escatológica que suscita esperança e nos situa no provisório dos tempos presentes.

Esta conversão e penitência se concretiza na constante superação do presente para irmos para o futuro; na constante inquietação diante das situações vividas para não nos fixar onde chegamos até que se complete o Reino de Deus na libertação e comunhão totais.

A penitência libertadora deve, pois conduzir-nos para o engajamento na situação histórica atual (social, religiosa, política...)

No processo de libertação, este engajamento tem muitas implicações: com efeito, cada situação histórica tem suas prioridades e estas relativizam outros aspectos, também importantes na vida da gente. A pregação, pois, deve ter um cunho muito concreto como a de João Batista, exemplificando com situações reais (questões de salário, por exemplo, como o fez a Campanha da Fraternidade de 1971).

Para uma autêntica pregação da penitência, além da denúncia de situações reais, é preciso que se coloque claramente o Evangelho como JUIZ e a Igreja assumindo esta linha de conversão, como anunciadora que é do Evangelho.

Dentro do processo penitencial o sacerdote é ministro da Palavra ao propô-la como apelo para a conversão e ministro do perdão ao reconhecer o movimento de volta do pecador penitente.

Vivência penitencial e salvação - A penitência é tida por muitos como uma prática reservada a católicos que cometeram algum pecado. Mas a visão bíblica deixa bem claro que a penitência é um apelo para todos os homens. O ministério do perdão se exerce para com todos aqueles que, ouvindo o anúncio, se propõem sair do pecado e entrar no plano do Deus-comunhão. A Igreja, ao pregar a penitência, dirige-se a todos os povos e tem em vista a salvação universal, da qual ela própria é sacramento (sinal) para o mundo todo.

A salvação, com efeito, consiste na comunhão para qual toda humanidade é chamada. O pecado do homem reside no fato de romper de algum modo esta comunhão, contrariando a vocação da humanidade. O anúncio da penitência por parte da Igreja é um apelo à comunhão universal. O que dá consciência do pecado é a responsabilidade que o homem possui em âmbito comunitário. Converter-se, pois, significa voltar-se para uma vida de comunhão com Deus e com os seus semelhantes.

O ministério do perdão, pois, não deve limitar-se à celebração do sacramento da penitência ainda menos ao atendimento restrito de confissões individuais, mas abranger o anúncio da Palavra que chama à conversão e ajuda no encaminhamento penitencial de quantos se propõem construir a unidade.

Com efeito, somos chamados à Salvação pelo anúncio; a conversão conduz à fé, isto é, leva a assumir o plano revelado por Deus. Esta opção se sacramentaliza no batismo. Mas o batismo não esgota o processo de conversão; antes insere o membro da Igreja no dinamismo pascal para que se liberte da condição de pecado. Esta libertação, conquistada radicalmente no batismo, continua a ser concretizada historicamente pela vida penitencial. O SACRAMENTO DA PENITÊNCIA é um momento de profunda significação e eficácia dentro do processo de conversão.

A presença da Salvação não tem fronteiras - A Igreja é sinal e instrumento da salvação de todo o mundo. Esse sacramento da salvação está concretizado nos homens que aceitam a fé e a vivem em comunhão visível. Portanto, todos os homens são chamados à salvação e devem viver a penitência. Mas o SACRAMENTO da penitência se destina à comunidade visível que é a Igreja. Essa, reunida, expressa sua fé na misericórdia e no perdão de Deus.

Perdão dos pecados e celebração eclesial - Há indivíduos que, voltados para si mesmos, buscam no sacramento o perdão dos próprios pecados. Mas nem todos estão aptos para celebrar a penitência como sacramento, pois isto supõe uma iniciação à vida em comunidade de fé. Este itinerário atinge a expressão mais plena da vida penitencial, quando manifestado em ritos e sinais sacramentais, que dão novo impulso ao ritmo da conversão.

A penitência, com efeito, como sacramento, é uma ação eclesial que mostra em sinais a sacramentalidade da própria Igreja penitente que se purifica e se converte. Por isso o cristão procura o perdão de seus pecados, não isoladamente, mas INSERIDO pela fé numa comunidade, o povo de Deus. Como indicação pedagógica é importante assinalar 3 etapas:

1. insistir sobre a verdadeira conversão interior;
2. exigir práticas de penitência que ajudem o cristão a solidificar uma atitude de penitência e conversão;
3. a celebração sacramental.

Assim o penitente encontra reconciliação por meio da Igreja e com ela celebra o sacramento do perdão, que só deve ser celebrado como expressão de uma atitude penitencial.

Mais que um ato do indivíduo isolado, o sacramento da penitência como aliás todos os sacramentos é uma ação eclesial de que o cristão, como pessoa consciente de sua inserção na comunidade, participa ativamente para colher os frutos da redenção.

Igreja e atitude penitencial - A Igreja é constituída de pessoas reunidas pela fé, que é sempre APELO à conversão. Ela sabe que é santa, porque o Cristo é Santo; e ao mesmo tempo deve ainda se santificar porque seus membros são pecadores. Simul justus et peccator (LG 8). (Ao mesmo tempo justificada em Cristo e a caminho da salvação). Este aspecto de pecado que subsiste na Igreja, estranha e escandaliza muitos, mesmo fiéis. Por isso a Igreja deve ser toda ela penitente, reparando o pecado que permanece em seus membros e até mesmo o escândalo que provoca, para tornar-se sinal de salvação. A celebração do sacramento é um momento de visibilidade desta atitude constante na vida da Igreja. Movidas pela Palavra, as pessoas penitentes se reúnem em assembléia para *confessar*, como Igreja, a santidade de Deus e acolher na fé o perdão dos

pecados. Assim a Igreja se torna o instrumento de salvação para o mundo. Os homens a veem na luta para que o Reino de Deus se estabeleça e o pecado seja vencido.

Penitência e formação da Igreja – A Igreja como comunhão de pessoas, se realiza visivelmente ajudada também pelos dados das ciências humanas referentes à vida em comunidade. Mas não basta o congregamento de pessoas para se construir a Igreja.

No Concílio Vaticano II, AD GENTES ao falar em gerar a Igreja e em implantar a Igreja, refere-se ao modo concreto de torná-la presente visivelmente numa localidade. A conversão para a fé em Cristo Senhor, que se sacramentaliza no seio da comunidade eclesial pelo batismo, é precedida do catecumenato como iniciação à vida em Igreja (n. 7 e 14). Assim, para se que sacramentalize a atitude penitencial, é indispensável que os membros pecadores da Igreja, sejam iniciados de novo à vida de vencimento do pecado, à atitude evangélica.

Celebração comunitária e recursos pastorais –As experiências de celebrações comunitárias da penitência patentearam um grave perigo de se cair num sacramentalismo até pior do que o verificado com uma prática individualista da confissão. Dá-se o sacramento a pessoas pouco preparadas e com menores exigências de conversão. Deve-se, pois, acentuar a necessidade de uma preparação séria e uma aplicação criteriosa dos recursos pastorais, levando em conta a atual situação e formação do povo.

Por outro lado, essas mesmas celebrações se constituem num meio eficaz de formação de consciência comunitária do próprio povo e o levará a uma melhor compreensão da penitência como atitude cristã e não como ato isolado do contexto da vida cotidiana.

Nem toda celebração da penitência deve necessariamente ser conduzida ao Rito Sacramental no sentido estrito. Antes de atingir a etapa de uma celebração sacramental eclesial, é preciso que se valorize e se promova, por todos os meios, a celebração da penitência como culto à misericórdia de Deus, como meio de levar a uma tomada mais clara de consciência dos pecados pessoais e comunitários, meios de mover à conversão e de alcançar o perdão dos pecados através da oração da Igreja.

Orientações pastorais - I . Medidas gerais:

1. É necessário promover o estudo do significado e das dimensões do sacramento da penitência e das formas diversas de viver e celebrar a penitência, a fim de avançar na pastoral de nosso ministério da reconciliação. É urgente alargar nosso trabalho em vista da conversão, revalorizando a evangelização e a catequese como meios de levar à celebração sacramental da penitência.
2. Deve-se orientar a evangelização e catequese para evitar os abusos e o perigo de institucionalizarmos um novo tipo de sacramentalismo.
3. Na pastoral da penitência deve-se insistir sobre a estreita ligação teológica que há entre Penitência e Ressurreição. Essa perspectiva visa a fazer o penitente sair de um contexto de depressão, promover a pessoa do pecador arrependido e professar a fé eclesial de que é na Ressurreição que vencemos o pecado e somos salvos, libertos em Cristo.

II. A confissão auricular

Princípio Pastoral: Colocar as confissões auriculares dentro de um contexto comunitário, para que se torne uma ação eclesial mais significativa liturgicamente. Aliás, isso vale para todos os sacramentos.

Práticas pastorais:

1. Promover celebrações penitenciais semanais (quinzenais ou periódicas) para favorecer a confissão auricular num contexto de assembléia em celebração. A regularidade destas celebrações semanais é elemento de alto valor educativo para o povo. Essa iniciativa valorizará a catequese sobre a oração de perdão e o culto à misericórdia de Deus, além de se construir em importante instrumento de apelo à conversão.
2. No caso de a penitência estar sendo abandonada, é conveniente que se promovam celebrações em dia e hora determinados. Sendo necessário, poder-se-á substituir a celebração da eucaristia, num dia de semana, pela celebração comunitária da penitência. Isto pode ocorrer tanto na paróquia como em comunidades religiosas. É evidente que esta iniciativa exige boa preparação. É importante que nessas celebrações se imponha, como penitência, uma tarefa concreta com perspectivas comunitárias a ser executada.
3. Renovar a confissão individual numa linha de diálogo e colóquio fraternal, sem aparato litúrgico pesado.
4. Nos centros de maior afluxo de povo, haja horários certos para as confissões, se possível constituindo pequenos grupos de penitentes. Elimine-se a confissão durante a missa ou durante qualquer outra celebração da comunidade (cf. Eucharisticum Mysterium n.17).
5. O formulário da absolvição se diga em português e de modo inteligível, e não em latim. Possivelmente seja enriquecido com textos de inspiração bíblica, por exemplo a acolhida e a despedida dos penitentes.
6. A Comissão Nacional de Liturgia providenciará a elaboração de um Ato de contrição de conteúdo mais rico e bíblico, em linguagem popular.

Sugestões:

1. Procure-se valorizar todas as práticas penitenciais para desinflacionar a penitência auricular desnecessária e de cunho individualista.
2. Reestudar o problema da noção de pecado, relacionado com o apelo de Deus à não instalação e fechamento, diante do desafio colocado pela dimensão do amor. É preciso equacionar o problema do subjetivo na consciência e colocar em relevo os critérios objetivos para sua formação. Convém distinguir nessa formação: o sentimento de culpa, a convicção da culpa, a consciência de ser pecador e a noção do pecado propriamente dito.
3. Levar os cristãos a formarem um juízo interpretativo de seus atos, relacionado a idéia de pecado com a pessoa e não apenas com os atos materiais. Esta formação deve sempre ser realizada em ligação com uma comunidade concreta, sobretudo para a iniciação à vida cristã e para a prática dos sacramentos.
4. As longas filas de penitentes sejam preparadas, em grupos e com a ajuda de catequistas, para que a preparação à confissão e a ação de graças se realizem em comum.
5. Para a satisfação penitencial, indiquem-se boas obras a praticar, como seja, visita a um doente, prisioneiro, lugar pobre etc. No caso de se impor uma oração como penitência, seja ela orientada para determinada intenção e relacionada com os pecados confessados, por exemplo: Em sinal de conversão, para seres menos avaro, vais dar uma esmola a um pobre...

O Rito Penitencial da Missa – O rito penitencial da celebração eucarística deve ser usado como reativação pastoral de todas as práticas penitenciais. Essas práticas devem possibilitar a aproximação de muitas pessoas à Eucaristia.

Em grupos pequenos, pode haver até acusação pública de uma ou outra falta exterior, o que contribui para maior intimidade e auxílio mútuo. Isso é particularmente possível com assembléias jovens. Depois de cada falta acusada, pode-se levar toda a assembléia a responder: Perdoai-nos, Senhor ou outra fórmula semelhante como prova de solidariedade e corresponsabilidade.

Elabore-se, com especial cuidado, este rito para o dia das Cinzas, Têmporas e ocasiões especiais.

N.B. O rito penitencial da celebração eucarística não pode ser considerado como sacramento, na vigente disciplina litúrgica.

A Celebração Comunitária do Sacramento da Penitência

N.B. Na disciplina vigente só é permitido absolver sem confissão dos pecados graves dentro das normas da "Instructio circa sacramentalem absolutionem generali modo impertiendam" (AAS 36, 1944, p.155-156) da Sacra Poenitentiaria Apostolica. Sobre este documento foi apresentado, no Encontro de dezembro, uma valiosa contribuição que demos ao conhecimento do público pela Revista Eclesiástica Brasileira a fim de ajudar na compreensão da referida Instrução.

cf. *Título*: Reflexões jurídico-práticas acerca da Instrução da Sagrada Penitentiaria Apostólica sobre a absolvição coletiva, de 25 de março de 1944. *Autor*: D. João Batista Przyklenk, Bispo de Januária MG. REB março de 1972 p.130 a 150.

Há, pois, celebrações comunitárias da penitência com acusação individual dos pecados graves, e neste caso:

1. Quanto à freqüência: não deve ser demasiada, para conservar o caráter de opção consciente de conversão, sem cair na rotina. Isto significa na prática que o sacramento no sentido estrito pode ser celebrado, por exemplo, mensalmente ou trimestralmente.

2. Quanto ao conteúdo: é o meio de formação da consciência do povo, mas a grande pergunta que se deve fazer é a seguinte: como despertar o povo para uma nova visão na vivência de fé e tirá-lo da rotina de ir pedir perdão sem mudar de vida?

Eis algumas pistas de idéias-forças:

– necessidade de um ideal comunitário.

– necessidade de celebração temáticas, por exemplo: as injustiças sociais, a solidariedade humana e cristã, a geração da Igreja em termos de fraternidade, o desinteresse pela instrução da fé, a blasfêmia, a ausência nas assembléias eucarísticas, os mandamentos de Deus...

– indicar a situação de pecado em que vivemos e mostrar que estamos comprometidos com esta situação. Há pecados- causas e pecados-efeitos. Despertar, através da celebração, para a vitória sobre os pecados-causas.

Dar um caráter de prática penitencial à caridade organizada, por exemplo pelos vicentinos, Natal dos pobres etc...

– Convidar grupos de fiéis e reservar semanalmente uma pequena quantia, fruto de abstenção, para entregar a soma resultante aos pobres, numa perspectiva de ajudar a promoção humana.

– Valorizar as procissões penitenciais da quaresma, rogações, etc.

– Aproveitar os sofrimentos diários como prática da penitência. Quanto possível deve-se levar o povo a não se acomodar com os sofrimentos, mas a remediá-los. Mas quando independem de nosso esforços, suportar esses sofrimentos na consciência de que Deus os aceita como redenção de nossos pecados, como nos ensina o Concílio de Trento.

– As devoções populares, como a Via Sacra, sejam aproveitadas para educação do espírito da penitência, tendo-se, porém, sempre presente que devem ter um cunho de vencimento do pecado pela Ressurreição.

– Nas pregações levar a Igreja a uma atitude penitencial em suas dimensões pascais de libertação, máxima quando se trata de celebração sacramental da penitência.

– O quarto preceito da Igreja, jejum e abstinência, seja incentivado não como prática auto-punitiva, mas como possibilidade de auxílio aos pobres, ao próximo. É este mesmo espírito que deve permear toda a Campanha da Fraternidade, durante a quaresma e que poderia prolongar-se além da quaresma.

A Confissão Devocional – O sacramento da penitência pode também ser celebrado como meio de progresso espiritual, como impulso para um crescente dinamismo de conversão, e não apenas para retornar ao estado de graça e comunhão eclesial. Neste sentido temos as recomendações do próprio Vaticano II (PO n.6) e da Instrução Dum canonicarum legum.

A Confissão devocional salvaguarda a liberdade de consciência de quem tem dúvida ou faltas sérias, embora não graves. Resguarda, outrossim, a boa fama dos que se aproximam do sacramento da penitência por necessidade estrita, por terem cometido pecados graves.

A Confissão dos Jovens – O Problema da confissão dos jovens é parte de toda a pastoral da juventude e da educação para a fé. Deve ser estudado como problema à parte.

O confessorário - Divulgue-se a Instrução Dum canonicarum legum (Normae circa usum et administrationem sacramenti Poenitentiae, praesertim apud religiosas, decreto da Sacra congregatio pro religiosis et institutis saecularibus de 8 de dezembro de 1970- AAS LXIII, 30 aprilis 1971, n. 4 p. 318), que equipara as confissões das religiosas às demais, no que se refere ao uso do confessorário. O confessorário é um móvel e não algo essencial à confissão. Já não influi na validade do sacramento, nem mesmo no tocante às religiosas. Pode, em certos casos, ser ainda uma exigência cultural, mas não uma necessidade por parte da disciplina litúrgica".

Nota:3

cf. **Rito da Penitência n.38**: "Compete às conferências Episcopais, ao preparar os Rituais particulares, adaptar este Rito da Penitência às necessidades de cada região para que, aprovadas as decisões pela Sé Apostólica, seja utilizado em suas respectivas regiões. Compete, pois, às Conferências episcopais:

a) Estabelecer as normas sobre a disciplina ao sacramento da Penitência, principalmente no que concerne ao ministério dos sacerdotes e os pecados reservados.

b) Determinar com maior precisão as normas quanto ao lugar adequado para a celebração ordinária do sacramento da Penitência e aos sinais que devem ser manifestados pelos fiéis por ocasião da absolvição geral (cf. n. 35).

c) Preparar as versões dos textos, adaptando-as à índole e língua de cada povo, como também compor novos textos tanto para as orações dos fiéis como do ministro, mantendo intacta a fórmula sacramental”.

Nota:4

cf. **Rm 7,7**: “Que diremos então? Que a Lei é pecado? De jeito nenhum! Mas eu não teria conhecido o pecado se não existisse a Lei, nem teria conhecido a cobiça se a Lei não tivesse dito: Não cobiçe”.

Gl 2,19: “Quanto a mim, foi através da Lei que eu morri para a Lei, a fim de viver para Deus. Fui morto na cruz com Cristo”.

Nota:5

cf. **GS 12; 22**: “Fiéis ou não, todos estão mais ou menos de acordo que tudo na terra está ordenado em função do ser humano, centro e ápice de todas as coisas. Mas o que é o ser humano? Muitas são as opiniões a respeito, no passado e no presente. Opiniões diversas e até contrárias. Às vezes ele se coloca acima de tudo, como regra suprema do universo, outras, se avilta até o desespero, ansioso e cheio de dúvidas sobre sua própria identidade. Dando-se conta destas dificuldades e instruída pela revelação divina, a Igreja lhe pode oferecer resposta, esclarecendo a condição humana e suas fraquezas, ao mesmo tempo que sua dignidade, permitindo-lhe assim reconhecer sua verdadeira vocação.

As Escrituras ensinam que o homem foi criado à imagem de Deus, capaz de conhecer e amar o seu criador. Foi colocado por ele como senhor sobre todas as criaturas da terra, para governá-las e delas usufruir, rendendo glória a Deus. O que é o ser humano, para dele te lembrares? E para que o visites? Tu o fizeste pouco menos do que um deus, e o coroaste de glória e esplendor. Tu o fizeste reinar sobre as obras de tuas mãos, e sob os pés dele tudo colocaste (Sl 8, 5ss).

Deus não criou só o homem. Desde o início os fez homem e mulher (Gn 1,27), cuja união é a base da comunhão entre pessoas. Por sua íntima natureza o ser humano é pois um ser social, não pode viver nem crescer senão em relação com os outros. Como lemos ainda na Escritura, Deus viu tudo que fez, e era muito bom (Gn 1,31).

GS 22: O mistério do ser humano só se ilumina de fato à luz do mistério do Verbo encarnado. O primeiro homem, Adão, era imagem do futuro, o Cristo Senhor. Ao revelar o mistério do Pai e de seu amor, Jesus Cristo, o último Adão, manifesta plenamente aos seres humanos o que é o ser humano e a sublimidade da vocação humana. Não admira pois que todas as verdades a que anteriormente aludíamos tenham sua fonte em Cristo e, nele, alcancem sua máxima expressão. Ele é *imagem do Deus invisível (Cl 1, 15)*, homem perfeito, que restituiu aos filhos de Adão a integridade violada pelo pecado.

Nele, a natureza humana foi assumida sem ser afetada e, por isso mesmo, tornou-se ainda mais digna e preciosa. Pela sua encarnação, o Filho de Deus, de certo modo, uniu-se a todos os seres humanos. Trabalhou com mãos humanas, pensou e agiu como qualquer ser humano, amando com um coração humano. Nascido da virgem Maria, foi realmente um dos nossos em tudo, exceto no pecado.

Cordeiro inocente, tendo derramado livremente o seu sangue, nos mereceu a vida. Nele, Deus se reconciliou conosco e nos livrou da escravidão do demônio e do pecado, para que cada um de nós pudesse dizer com o apóstolo: o Filho de Deus *me amou e se entregou por mim (Gl 2, 20)*. Sofrendo por nós, não apenas deu exemplo, para que lhe sigamos os passos, mas estabeleceu o caminho através do qual a vida e a morte ganham um sentido novo e se tornam vias de santificação.

O cristão, conforme a imagem do Filho, primogênito entre muitos irmãos, recebeu as *primícias do Espírito (Rm 8, 23)*, tornando-se capaz de cumprir a nova lei do amor. Pelo Espírito, que é *penhor da herança (Ef 1, 14)*, o homem interior se renova completamente, até a *redenção do corpo (Rm 8, 23)*: *Se o Espírito daquele que ressuscitou Jesus dos mortos habita em vocês, aquele que ressuscitou Cristo dos mortos dará a vida também para os corpos mortais de vocês, por meio do seu Espírito que habita em vocês (Rm 8, 11)*.

O cristão precisa sem dúvida e tem o dever de lutar contra o mal através de todas as dificuldades, aceitando, inclusive, a morte. Associado porém ao mistério pascal e configurando-se ao Cristo na morte, caminha animado pela esperança da ressurreição. Isto não vale somente para os fiéis, mas para todos os homens de boa vontade, em cujo coração atua a graça, de maneira invisível. Como Cristo morreu por todos, todos são chamados a participar da mesma vida divina. Deve-se pois admitir que o Espírito Santo oferece absolutamente a todos os seres humanos a possibilidade de se associar ao mistério pascal, de maneira conhecida somente por Deus.

Eis o grande e admirável mistério do ser humano. Os fiéis o reconhecem através da revelação cristã. Por Cristo e em Cristo brilha uma luz no fim do túnel de dor e de morte, que nos sufocaria, não fosse o Evangelho. Cristo ressuscitou. Destruíu a morte com sua morte e a todos deu a vida, para que, como filhos no Filho, clamemos no Espírito: Abba! Pai!”.

Nota:6

cf. **GS 12**: “Fiéis ou não, todos estão mais ou menos de acordo que tudo na terra está ordenado em função do ser humano, centro e ápice de todas as coisas. Mas o que é o ser humano? Muitas são as opiniões a respeito, no passado e no presente. Opiniões diversas e até contrárias. Às vezes ele se coloca acima de tudo, como regra suprema do universo, outras, se avilta até o desespero, ansioso e cheio de dúvidas sobre sua própria identidade. Dando-se conta destas dificuldades e instruída pela revelação divina, a Igreja lhe pode oferecer resposta, esclarecendo a condição humana e suas fraquezas, ao mesmo tempo que sua dignidade, permitindo-lhe assim reconhecer sua verdadeira vocação.

As Escrituras ensinam que o homem foi criado à imagem de Deus, capaz de conhecer e amar o seu criador. Foi colocado por ele como senhor sobre todas as criaturas da terra, para governá-las e delas usufruir, rendendo glória a Deus. O que é o ser humano, para dele te lembrares? E para que o visites? Tu o fizeste pouco menos do que um deus, e o coroaste de glória e esplendor. Tu o fizeste reinar sobre as obras de tuas mãos, e sob os pés dele tudo colocaste (Sl 8, 5ss).

Deus não criou só o homem. Desde o início os fez homem e mulher (Gn 1, 27), cuja união é a base da comunhão entre pessoas. Por sua íntima natureza o ser humano é pois um ser social, não pode viver nem crescer senão em relação com os outros. Como lemos ainda na Escritura, Deus viu tudo que fez, e era muito bom (Gn 1,31)”.

LG 40: “O Senhor Jesus é mestre e exemplo de toda perfeição. Autor e realizador da santidade, ele mesmo manifestou suas exigências a todos e a cada um dos discípulos: Sejam perfeitos como é perfeito seu Pai, que

está nos céus (Mt 5, 48). Enviou igualmente a todos o Espírito Santo, para movê-los interiormente ao amor de Deus de todo o seu coração, com toda a sua alma, com todo o seu entendimento e com toda a sua força (cf. Mc 12, 30) e para que se amem uns aos outros, como Cristo os amou (cf. Jo 13, 34; 15, 12).

Os seguidores de Cristo são santificados por Deus, não por suas obras, mas de acordo com o propósito e a graça daquele que os chamou e justificou no Senhor Jesus, tornando-os, pelo batismo da fé, verdadeiros filhos de Deus e participantes da natureza divina. Devem, pois, manter e aperfeiçoar na vida a santidade que lhes é dada por Deus.

O apóstolo Paulo lhes recomenda que vivam como convém aos santos (Ef 5,3): como escolhidos de Deus, santos e amados, vistam-se de sentimentos de compaixão, bondade, humildade, mansidão e paciência (Cl 3,12), trazendo os santos frutos do Espírito (cf. Gl 5, 22; Rm 6, 22). Como, porém, todos estamos sujeitos a muitas falhas (cf. Tg 3, 2) e precisamos a todo momento da misericórdia divina, devemos pedir diariamente que nos perdoe as nossas ofensas (Mt 6, 12). Fique bem claro que todos os fiéis, qualquer que seja sua posição na Igreja ou na sociedade, são chamados à plenitude da vida cristã e à perfeição da caridade.

A santidade promove uma crescente humanização. Que todos pois se esforcem, na medida do dom de Cristo, para seguir seus passos, tornando-se conformes à sua imagem, obedecendo em tudo à vontade do Pai, consagrando-se de coração à glória de Deus e ao serviço do próximo. A história da Igreja mostra como a vida dos santos foi fecunda, manifestando abundantes frutos da santidade no povo de Deus”.

Nota:7

cf. **2Sm 12**: “Javé mandou o profeta Natã falar com Davi. Natã se apresentou e disse a Davi: Havia dois homens numa cidade: um era rico e o outro era pobre. O rico tinha muitos rebanhos de ovelhas e bois. O pobre tinha só uma ovelha, uma ovelhinha que ele havia comprado. O pobre a criava e ela foi crescendo com ele, com seus filhos, comendo do seu pão, bebendo de sua vasilha e dormindo no seu colo. Era como filha para ele. Ora, chegou uma visita à casa do homem rico, e este não quis pegar nenhuma de suas ovelhas ou vacas para servir ao viajante que o visitava. Então ele pegou a ovelha do homem pobre e a preparou para a sua visita.

Davi ficou furioso contra esse homem, e disse a Natã: Pela vida de Javé, quem fez isso merece a morte. Por não respeitar o que pertencia a outro, deverá pagar quatro vezes o valor da ovelha. Então Natã disse a Davi: Pois esse homem é você mesmo! Assim diz Javé, Deus de Israel: Eu ungi você como rei de Israel. E eu o salvei de Saul. Eu dei a você a casa do seu senhor. Eu coloquei em seus braços as mulheres do seu senhor. Eu dei a você a casa de Israel e de Judá. E se isso ainda não é suficiente, eu darei a você qualquer outra coisa. Então por que você desprezou Javé e fez o que ele reprova? Você assassinou Urias, o heteu, para se casar com a mulher dele, e matou Urias com espada dos amonitas. Pois bem! A espada nunca mais se afastará de sua família, porque você me desprezou e tomou a mulher de Urias, o heteu, para se casar com ela. Assim diz Javé: Eu farei com que a desgraça surja contra você de dentro de sua própria casa. Pegarei suas mulheres e as darei a outro diante de seus olhos, e ele dormirá com suas mulheres debaixo da luz deste sol. Você agiu às escondidas, mas eu farei tudo isso diante de todo o Israel e em pleno dia.

Davi disse a Natã: Pequei contra Javé. Então Natã disse a Davi: Javé perdoou o seu pecado. Você não morrerá. Mas, por ter ultrajado a Javé, com seu comportamento, o filho que você teve morrerá. E Natã foi para casa.

Javé atingiu o menino que a mulher de Urias dera a Davi, e o menino ficou gravemente enfermo. Davi suplicou a Javé pelo menino, jejuou, ficou perto dele, e passou a noite prostrado no chão. Os anciãos de sua casa tentaram erguê-lo, mas ele recusou e não quis comer nada com eles. Sete dias depois, o menino morreu. Os servos de Davi ficaram com medo de lhe dar a notícia de que o menino tinha morrido, pois comentavam: Quando o menino estava vivo, nós falamos com ele, e ele não nos atendeu. Como podemos agora dizer-lhe que o menino morreu? Ele pode cometer alguma loucura! Davi percebeu que os servos estavam cochichando entre si, e compreendeu que o menino tinha morrido. Então perguntou: O menino morreu? Eles responderam: Morreu.

Então Davi se levantou do chão, lavou-se, perfumou-se e trocou de roupa. Depois entrou no santuário de Javé e se prostrou. Em seguida voltou para casa, mandou que servissem a refeição e comeu. Os servos perguntaram: O que você está fazendo? Enquanto o menino estava vivo, você jejuou e chorou; agora que ele morreu, você se levanta e se põe a comer? Davi respondeu: Enquanto o menino vivia, eu jejei e chorei, pensando que talvez Javé tivesse piedade de mim e o menino ficasse curado. Mas agora ele morreu. Para que vou jejuar? Será que isso vai fazê-lo voltar? Eu é que vou para onde ele está, mas ele não voltará para mim.

Davi consolou sua mulher Betsabéia; entrou no aposento e dormiu com ela. Betsabéia deu à luz um filho, e Davi lhe deu o nome de Salomão. Javé amou Salomão, e manifestou isso através do profeta Natã. Este, por ordem de Javé, deu a Salomão o nome de Querido de Javé.

Joab atacou Rabá dos amonitas e se apoderou da cidade real. Em seguida, enviou mensageiros até Davi para informá-lo: Ataquei Rabá e também me apoderei da cidade das águas. Agora reúna o resto do povo, cerque a cidade e se apodere dela. Do contrário, eu mesmo o farei, e ela receberá o meu nome. Então Davi reuniu todo o povo, foi para Rabá, atacou-a e se apoderou dela. Tirou da cabeça do deus Melcom a coroa, que pesava cerca de trinta e cinco quilos. Nela havia uma pedra preciosa, que foi colocada na coroa de Davi. E Davi levou da cidade um despojo muito grande. Tirou também a população da cidade e a colocou para trabalhar com serra, picaretas e machados de ferro, e na fabricação de tijolos. E fez a mesma coisa com todas as outras cidades amonitas. Depois Davi e todo o povo voltaram para Jerusalém”.

Nota:8

cf. **Rm 8,12**: “Portanto, irmãos, nós somos devedores, mas não dos instintos egoístas para vivermos de acordo com eles”.

Nota:9

cf. **GS 13**: “Deus fez o ser humano bom, mas ele se deixou persuadir pelo maligno, desde o início de sua história. Abusou da liberdade e contrariou a Deus, ao procurar fora de Deus o seu bem. Embora conhecendo a Deus, não o glorificou como Deus. Seu coração leviano perdeu o rumo, e o fez preferir a criatura ao criador. Sabemo-lo por revelação divina, que aqui coincide, porém, perfeitamente com os dados de nossa experiência”.

Nota:10

cf. **GS 13**: “O coração humano é leviano. Dá-se conta de sua inclinação para o mal e de seu envolvimento numa verdadeira trama de más tendências, que certamente não podem provir do Criador, que é bom. Recusa-

se muitas vezes a reconhecer a Deus, seu princípio, deixa de buscar o fim para o qual está destinado e viola os laços que o prendem a si mesmo, aos outros e a toda a criação.

O ser humano está dividido. Sua vida, pessoal e coletiva, se apresenta como uma luta, que chega a ser dramática, entre o bem e o mal, a luz e as trevas. Sente-se fraco, incapaz de rechaçar sozinho as investidas do mal, e fica com a impressão de estar preso, impedido de fazer o que quer. Mas o próprio Senhor veio para o libertar e fortalecer, renovando-o interiormente e expulsando o príncipe desse mundo (Jo 12, 31), que o mantinha sob a escravidão do pecado”.

Nota:11

cf. **GS 14**: “O ser humano é único ser composto de corpo e alma. Resume em si todos os elementos do mundo material, que, nele, transcendem a si mesmos e proclamam louvores ao Criador. Não se deve desprezar a vida corporal.

O corpo é digno de toda honra, pois será ressuscitado por Deus no último dia. Ferido pelo pecado, porém, o corpo se torna princípio de desordem. A dignidade humana exige então que não se sigam as más inclinações do coração e que se glorifique a Deus no corpo. Está certo pensar que o ser humano é superior às coisas corporais, muito mais do que uma simples peça da natureza ou elemento anônimo da sociedade humana. Pela sua interioridade, ele transcende o universo. Nesta interioridade é que encontra Deus, quando se volta para ele de coração, pois Deus, que sonda os corações, aí o espera, onde também ele, diante de Deus, decide a orientação a tomar na vida”.

GS 17: “Não é possível fazer o bem sem liberdade. Hoje em dia dá-se grande valor à liberdade, que é por todos procurada com o maior empenho. O que é perfeitamente justo. É verdade que a liberdade é muitas vezes deturpada, como se consistisse na licença de fazer o que se quer, mesmo quando é o mal.

A verdadeira liberdade é a marca mais extraordinária da imagem de Deus no ser humano. Deus o entrega a si mesmo, para que busque espontaneamente seu criador e, encontrando-o, se auto-realize livremente. Faz parte da dignidade da pessoa humana agir por opção consciente e livre, induzida e movida pessoalmente, livre de toda coação externa e de qualquer pressão interna.

O ser humano deve, pois, se libertar do cativeiro das paixões e se realizar na liberdade, fazendo o bem e recorrendo eficaz e seguidamente aos apoios de que necessita. Enfraquecida pelo pecado, a liberdade precisa do auxílio da graça divina para efetivamente se afirmar, pois é diante do tribunal divino que todos hão de prestar contas de sua vida, do bem e do mal que fizeram”.

Nota:12

cf. **Gn 1,26-27a**: “Então Deus disse: Façamos o homem à nossa imagem e semelhança. Que ele domine os peixes do mar, as aves do céu, os animais domésticos, todas as feras e todos os répteis que rastejam sobre a terra. E Deus criou o homem à sua imagem; à imagem de Deus ele o criou; e os criou homem e mulher”.

Nota:13

cf. **Ez 36,27-28**: “Colocarei dentro de vocês o meu espírito, para fazer com que vivam de acordo com os meus estatutos e observem e coloquem em prática as minhas normas. Então vocês habitarão na terra que dei aos seus antepassados: vocês serão o meu povo, e eu serei o Deus de vocês”.

Jr 31,31-32: “Eis que chegarão dias, oráculo de Javé, em que eu farei uma aliança nova com Israel e Judá: Não será como a aliança que fiz com seus antepassados, quando os peguei pela mão para tirá-los da terra do Egito; aliança que eles quebraram, embora fosse eu o Senhor deles oráculo de Javé”.

Nota:14

Sl 1,12: “prestem-lhe homenagem tremendo, para que ele não se irrite, e vocês pereçam no caminho, pois a ira dele se inflama depressa. Felizes aqueles que nele se abrigam”.

Nota:15

Jo 16,33: “Eu disse essas coisas, para que vocês tenham a minha paz. Neste mundo vocês terão aflições, mas tenham coragem; eu venci o mundo”.

cf. **Jo 12,31**: “Agora é o julgamento deste mundo. Agora o príncipe deste mundo vai ser expulso”.

1Jo 2,14: “Eu lhes escrevi, filhinhos, porque vocês conheceram o Pai. Eu lhes escrevi, pais, porque vocês conhecem aquele que existia desde o princípio. Eu lhes escrevi, jovens, porque vocês são fortes, e a palavra de Deus permanece em vocês e vocês venceram o Maligno”.

Nota:16

cf. **GS 16 e 17**: “No fundo da consciência o ser humano descobre uma lei que não foi ele que estabeleceu, mas que deve ser seguida por ele. É como se fosse uma voz que lhe falasse ao coração e o chamasse a amar o bem e a praticá-lo, afastando-se do mal: faça isto, evite aquilo. Essa lei foi inscrita por Deus no coração. Obedecer-lhe é o segredo da dignidade humana, pois é por ela que todos serão julgados.

A consciência é a intimidade secreta, o sacrário da pessoa, em que se encontra a sós com Deus e onde lhe ouve intimamente a voz. Na consciência revela-se, de modo admirável, a lei que consiste em amar a Deus e ao próximo.

A fidelidade à própria consciência é o laço mais profundo que une entre si todos os seres humanos, inclusive os cristãos, na busca da verdade e de uma solução autêntica para os problemas morais que surgem na vida de cada um e na relação de uns com os outros, na sociedade. Quanto mais força tem a consciência reta, tanto mais as pessoas e os grupos humanos evitam o arbítrio cego e procuram se conformar às normas objetivas da moralidade.

Às vezes a consciência erra. A pessoa, porém, não perde sua dignidade, quando é vítima de uma ignorância humanamente insuperável. O mesmo, todavia, já não se pode dizer quando, por falta de empenho em buscar o bem, a consciência vai se tornando cada dia mais confusa, enredada na prática do mal.

17. Não é possível fazer o bem sem liberdade. Hoje em dia dá-se grande valor à liberdade, que é por todos procurada com o maior empenho. O que é perfeitamente justo. É verdade que a liberdade é muitas vezes deturpada, como se consistisse na licença de fazer o que se quer, mesmo quando é o mal.

A verdadeira liberdade é a marca mais extraordinária da imagem de Deus no ser humano. Deus o entrega a si mesmo, para que busque espontaneamente seu criador e, encontrando-o, se auto-realize livremente. Faz parte da dignidade da pessoa humana agir por opção consciente e livre, induzida e movida pessoalmente, livre de toda coação externa e de qualquer pressão interna.

O ser humano deve, pois, se libertar do cativeiro das paixões e se realizar na liberdade, fazendo o bem e recorrendo eficaz e seguidamente aos apoios de que necessita. Enfraquecida pelo pecado, a liberdade precisa do auxílio da graça divina para efetivamente se afirmar, pois é diante do tribunal divino que todos hão de prestar contas de sua vida, do bem e do mal que fizeram”.

Nota:17

cf. **Jo 8,21**: “Jesus continuou dizendo: “Eu vou-me embora e vocês vão me procurar, mas vocês vão morrer no seu pecado. Para onde eu vou, vocês não podem ir”.

Nota:18

Jo 16,8-9: “Quando o Advogado vier, ele vai desmascarar o mundo, mostrando quem é pecador, quem é o justo e quem é o condenado. Quem é pecador? Aqueles que não acreditaram em mim”.

Nota:19

Concílio de Trento, XXII Sessão, cf. Denzinger S. 1743: “*O sacrifício visível é propiciatório pelos vivos e defuntos* - E como neste divino sacrifício, que se realiza na Missa, se encerra e é sacrificado incruentamente aquele mesmo Cristo que uma só vez cruentamente no altar da cruz se ofereceu a si mesmo (Hb 9,27), ensina o santo Concílio que este sacrifício é verdadeiramente propiciatório, e que, se com coração sincero e fé verdadeira, com temor e reverência, contritos e penitentes nos achegarmos a Deus, conseguiremos misericórdia e acharemos graça no auxílio oportuno (Hb 14,16). Porquanto, aplacado o Senhor com a oblação dele e concedendo o dom da graça, e da penitência, perdoa os maiores delitos e pecados. Pois uma e mesma é a vítima: e aquele que agora oferece pelo ministério dos sacerdotes é o mesmo que, outrora, se ofereceu na Cruz, divergindo, apenas, o modo de oferecer.

Os frutos da oblação cruenta se recebem abundantemente por meio desta oblação incruenta, nem tão pouco esta derroga aquela. Por isso, com razão se oferece, consoante a Tradição apostólica, este sacrifício incruento, não só pelos pecados, pelas penas, pelas satisfações e por outras necessidades dos fiéis vivos, mas também pelos que morrem em Cristo, e que não estão plenamente purificado”.

Nota:20

cf. **GS 37**: “Em consonância com a experiência de séculos, a Escritura ensina que o progresso humano é um bem extraordinário, embora seja também grande tentação. A ordem dos valores foi perturbada e o mal se misturou com o bem. Pessoas e grupos humanos tendem a se preocupar unicamente com o que é seu, esquecendo-se dos outros. O mundo deixou de ser um espaço fraterno. O poder humano, à medida que aumenta, ameaça a existência da própria humanidade.

A história dos homens é uma luta contra o poder das trevas, que começou nas origens do mundo e continuará, como diz o Senhor, até o fim. Envolvido nesta guerra, precisa-se brigar para fazer o bem, e só se alcançará a unidade, com a graça de Deus, depois de muita luta.

Confiante na disposição do Criador, a Igreja de Cristo reconhece que o progresso pode contribuir para a felicidade humana, com a condição, porém, de que se observe o que diz o apóstolo: *não se amoldem às estruturas desse mundo* (Rm 12, 2), a saber, o mundo da vaidade e da malevolência, que converte em instrumento de pecado a capacidade humana de agir, que deveria se voltar para o serviço de Deus e dos próprios seres humanos.

Os cristãos afirmam que para se superar essa miserável condição, a atividade humana, marcada pelo orgulho e pelo falso amor de si mesmo, deve ser purificada pela cruz e pela ressurreição de Cristo e aperfeiçoada cada dia mais. Remido por Cristo e transformado em nova criatura no Espírito Santo, o ser humano pode e deve amar todas as coisas criadas por Deus. Recebe-as das mãos de Deus e as refere inteiramente a ele. Agradecendo-as ao seu benfeitor e usando-as com prazer, num espírito de pobreza e de liberdade, entra na posse verdadeira do mundo, sem nada ter, mas tudo possuindo. *Tudo é seu, vocês são de Cristo e Cristo, de Deus* (1Cor 3, 22s)”.

Nota:21

Ritual da Penitência, n.37: “Deve-se cuidar que os fiéis não confundam estas celebrações com a celebração do Sacramento da Penitência. Estas celebrações penitenciais, porém, são sumamente úteis para levar à conversão e purificação interior. Convém realizar estas celebrações penitenciais principalmente:

para fomentar o espírito de penitência na comunidade cristã;

para ajudar os fiéis a preparar a confissão que cada um poderá fazer oportunamente;

para educar as crianças a adquirem gradualmente a consciência do pecado na vida humana e da libertação do pecado por Cristo; para ajudar os catecúmenos em sua conversão.

Além disso, onde não houver nenhum sacerdote disponível para conceder a absolvição sacramental, são utilíssimas as celebrações penitenciais, por despertar nos fiéis uma contrição perfeita nascida da caridade, pela qual, como desejo de receber mais tarde o sacramento da Penitência, possam conseguir a graça de Deus”.

Nota:22

Ap 21,2.9: “Vi também descer do céu, de junto de Deus, a Cidade Santa, uma Jerusalém nova, pronta como esposa que se enfeitou para o seu marido.

Depois disso, um dos sete Anjos das sete taças cheias com as últimas pragas, veio até mim e disse-me: Venha! “Vou lhe mostrar a esposa, a mulher do Cordeiro”.

Nota:23

SI 50: “Salmo de Asáf. Javé, o Deus dos deuses, fala, convocando a terra, do nascente ao poente. De Sião, a formosa, Deus resplandece: o nosso Deus vem, e não vai se calar. À sua frente, vem um fogo devorador, e, ao seu redor, tempestade violenta. Do alto ele convoca céu e terra para julgar o seu povo: Reúnam junto a mim os meus fiéis, que selaram minha aliança com sacrifício! Que o céu proclame a sua justiça, pois o próprio Deus vai julgar. Ouça, meu povo, que eu vou falar a você, Israel, eu vou testemunhar contra você. Eu sou Deus, o seu Deus! Não acuso você pelos seus sacrifícios, porque seus holocaustos estão sempre diante de mim. Porém, não vou tomar nenhum novilho de sua casa, e nem mesmo um cabrito de seus currais; pois são minhas todas as feras da selva, e os animais das montanhas, aos milhares. Conheço todos os pássaros do céu, e o rebanho dos campos me pertence. Se eu tivesse fome, não diria a você, pois o mundo é meu, e tudo o que nele existe. Por acaso eu comeria carne de touros, ou beberia sangue de cabritos? Ofereça a Deus um sacrifício de confissão, e cumpra os seus votos ao Altíssimo. Invoque-me no dia da angústia: eu o livrarei, e você me glorificará. Ao injusto, porém, Deus declara: De que adianta você recitar meus preceitos e ter sempre na boca a

minha aliança, se você detesta a disciplina e rejeita as minhas palavras? Se você vê um ladrão, você o acompanha e se mistura com os adúlteros. Você solta sua boca para o mal, e seus lábios tramam a fraude. Você se assenta para falar contra o seu irmão, e desonra o filho de sua mãe. Você se comporta assim, e eu devo me calar? Você imagina que eu seja como você? Eu o acuso e coloco tudo diante dos seus olhos! Considerem isso, vocês que se esquecem de Deus. Senão, eu vou dilacerar vocês, e ninguém os libertará! Quem me oferece um sacrifício de confissão me glorifica; e a quem segue o bom caminho, eu mostrarei a salvação de Deus”.

Nota:24

cf. **LG 28; 25**: “O Pai santificou e enviou ao mundo Jesus Cristo (cf. Jo 10, 36), que constituiu os apóstolos e seus sucessores, os bispos, participantes de sua própria consagração e missão. Os bispos, por sua vez, outorgam legitimamente a outras pessoas diversos graus de participação no seu ministério. Por isso, o ministério eclesiástico, divinamente instituído, se exerce, desde a antiguidade, através de diversas ordens denominadas episcopado, presbiterato e diaconato.

Os presbíteros, a quem chamamos de sacerdotes ou, simplesmente, padres, não têm a plenitude do pontificado. Dependem dos bispos no exercício de seu ministério. Participam, entretanto, com ele da honra do sacerdócio e foram consagrados pelo sacramento da ordem. São verdadeiros sacerdotes do Novo Testamento à imagem de Cristo, sacerdote supremo e eterno (cf. Hb 5, 1-10; 7, 24; 9, 11-28), para a pregação do Evangelho, o cuidado do rebanho e a celebração do culto. Pelo seu ministério específico, os sacerdotes participam da função de Cristo, único mediador (cf. 1Tm 2, 5) e devem anunciar a todos a palavra de Deus. Exercem a plenitude de suas funções no culto ou assembléia eucarística, em que agem em nome de Cristo, proclamam o seu mistério, unem ao seu sacrifício como cabeça as preces dos fiéis e renovam e aplicam, até a vinda do Senhor (cf. 1Cor 11-26), na missa, o único sacrifício do Novo Testamento, em que Cristo se ofereceu uma vez por todas ao Pai como hóstia imaculada (cf. Hb 9, 11-28).

Os sacerdotes são chamados a desempenhar o ministério da reconciliação e do alívio junto aos fiéis penitentes e doentes, apresentando a Deus Pai suas necessidades e suas orações (cf. Hb 5,1-4). Participantes da função de Cristo, pastor e cabeça, exercem uma certa autoridade sobre a família de Deus, procurando unir a comunidade na fraternidade e conduzi-la por Cristo, no Espírito, a Deus. No meio do rebanho adoram a Deus, em espírito e verdade (cf. Jo 4, 24). Devem meditar na palavra e na doutrina (cf. 1Tm 5, 17), acreditar no que assimilam da lei do Senhor, ensinar o que acreditam e praticar o que ensinam.

Os sacerdotes devem ser assíduos cooperadores dos bispos, como seus auxiliares e intermediários. São chamados a servir o povo de Deus, formando um só presbitério com seu bispo, nas diversas funções que lhes cabem. Associados fiel e generosamente ao bispo, tornam-no de certa maneira presente em todos os lugares em que se reúnem com os fiéis, participam de suas funções e preocupações no exercício cotidiano da pastoral. Santificando e dirigindo, sob a autoridade do bispo, a parte do rebanho que o Senhor lhes confiou, tornam visível em todos os lugares a Igreja universal e contribuem eficazmente para a edificação de todo o corpo de Cristo (cf. Ef 4, 12). Sempre atentos ao bem dos filhos de Deus, procurem se empenhar no trabalho pastoral de toda a diocese e, até mesmo, de toda a Igreja.

Os sacerdotes devem tratar o bispo como sendo realmente pai e a ele obedecer com respeito, em virtude da própria participação no seu sacerdócio e na sua missão.

O bispo, por sua vez, deve considerar os sacerdotes colaboradores seus, filhos e amigos, como Cristo, que não chamou os seus discípulos de servos, mas de amigos (cf. Jo 15, 15).

Em virtude da ordem e do ministério, todos os sacerdotes, diocesanos e religiosos, estão associados ao colégio dos bispos, a serviço do bem de toda a Igreja, de acordo com a vocação e a graça de cada um. Em virtude da ordenação e missão comum, os sacerdotes estão também unidos fraternalmente entre si. Devem pois manifestá-lo pelo auxílio recíproco, espiritual, material, pastoral e pessoal, nos encontros, na vida comum, nos trabalhos e no exercício da caridade. Sejam como pais dos fiéis gerados espiritualmente pelo batismo e pela doutrina (cf. 1Cor 4, 15; 1Pd 1, 23) e modelos do rebanho (cf. 1Pd 5, 3). Devem pois presidir e servir a comunidade local de tal modo que mereça o nome de Igreja de Deus, aplicado a todo o povo de Deus, na sua unidade (cf. 1Cor 1, 2; 2Cor 1, 1 e muitas outras passagens). Lembrem-se de que sua vida cotidiana e seu empenho pastoral mostram o que é o ministério sacerdotal e pastoral para os fiéis e os não-fiéis, para os católicos e não-católicos. Dêem a todos o testemunho da verdade e da vida e, como bons pastores, procurem (cf. Lc 15, 4-7) aqueles que foram batizados na Igreja católica, mas abandonaram os sacramentos ou mesmo, perderam a fé.

A humanidade é hoje cada vez mais una, do ponto de vista civil, econômico e social. É preciso pois que os sacerdotes atuem em conjunto, sob a direção dos bispos e do papa, evitando toda a dispersão de forças, para conduzir a humanidade à unidade da família de Deus”.

LG 25: “A principal função dos bispos é a pregação do Evangelho. São porta-voz da fé, para trazer a Cristo novos discípulos. São, além disso, doutores legítimos, isto é, dotados da autoridade de Cristo. Compete-lhes mostrar a mesma fé e a prática dos costumes ao povo que lhes é confiado. Iluminar esse mesmo povo com a luz do Espírito Santo, tirando coisas novas e velhas do tesouro da revelação (cf. Mt 13, 52). Fazê-las frutificar, afastando vigilante, de deus rebanho, todos os erros (cf. 2Tm 4,1-4).

Os bispos que ensinam em comunhão com o pontífice romano devem ser escolhidos por todos como testemunhas da verdade divina e católica.

Os fiéis, por sua vez, devem concordar com as decisões tomadas por seu bispo a respeito da fé e dos costumes, acolhendo-as, em nome de Cristo, com respeito religioso.

O magistério legítimo do pontífice romano, mesmo quando não fala *ex cathedra*, deve receber especial acolhimento religioso da vontade e da inteligência, e ser respeitosamente reconhecido.

As decisões do pontífice devem ser sinceramente acolhidas, conforme ele as entende. Sua vontade deve ser seguida, de acordo com o que se deduza, quer da natureza dos documentos, da frequência com que propõe determinado aspecto ou expressamente da própria maneira de falar. Isoladamente, os bispos não gozam da prerrogativa da infalibilidade. Proclamam porém de maneira infalível a doutrina de Cristo quando, embora dispersos pelo mundo, mostram-se unidos entre si e com o sucessor de Pedro, na sustentação legítima de uma mesma doutrina concernente à fé ou aos costumes, que deva ser tida como definitiva. É o que acontece de

maneira absolutamente clara quando, reunidos num Concílio Ecumênico, agem como doutores e juizes da fé e dos costumes, para toda a Igreja. Suas definições devem ser acolhidas pela fé.

A infalibilidade na doutrina a respeito da fé e dos costumes, que o divino Redentor garante à sua Igreja, é tão ampla quanto é amplo o ensinamento da própria revelação divina, que deve ser conservado e fielmente manifestado.

O pontífice romano, cabeça do colégio episcopal, goza desta infalibilidade em virtude de sua função de confirmar seus irmãos na fé (cf. Lc 22, 32) e de proclamar, de maneira definitiva, a doutrina relativa à fé e aos costumes, como pastor e doutor supremo de todos os fiéis. Por isso se diz que suas definições são irreformáveis por si mesmas e não dependem do consentimento da Igreja. São tomadas sob a assistência do Espírito Santo, prometida ao próprio Pedro. Não têm necessidade de nenhuma aprovação nem estão sujeitas à apelação junto a qualquer outro juiz.

O pontífice romano não profere tal sentença como pessoa particular, mas como mestre supremo da Igreja universal, dotado, como tal, do carisma da infalibilidade da própria Igreja, no que se refere à manifestação e defesa da fé católica. A infalibilidade da Igreja reside igualmente no corpo episcopal, quando exerce o magistério supremo, em comunhão com o sucessor de Pedro.

O assentimento a essas definições por parte da Igreja não faltará nunca, em virtude da ação do próprio Espírito Santo, que sustenta e faz crescer o rebanho de Cristo, na unidade. Quando o pontífice romano ou o corpo episcopal em conjunto com ele, definem uma doutrina, fazem-no segundo a própria revelação, a que todos devem se referir e conformar. Essa revelação, por meio da Escritura ou da Tradição, é integralmente transmitida pela sucessão legítima dos bispos, em especial do pontífice romano, santamente conservada e fielmente manifestada na Igreja, pela luz do Espírito da verdade.

O pontífice romano e os bispos, em virtude de seu ofício, levando em conta a importância da matéria, empenham-se em melhor conhecer e a exprimir da maneira mais adequada essa tradição. Não aceitam nenhuma nova revelação pública como fazendo parte do ensinamento da fé".

Nota:25

cf. **SC 7**: "Para realizar tal obra, Cristo está sempre presente à sua Igreja, especialmente nas ações litúrgicas. Presente ao sacrifício da missa, na pessoa do ministro, *pois quem o oferece pelo ministério dos sacerdotes é o mesmo que então se ofereceu na cruz*, mas, especialmente presente sob as espécies eucarísticas.

Presente, com sua força, nos sacramentos, pois, quando alguém batiza é o próprio Cristo que batiza. Presente por sua palavra, pois é ele quem fala quando se lê a Escritura na Igreja. Presente, enfim, na oração e no canto da Igreja, como prometeu *estar no meio dos dois ou três que se reunissem em seu nome* (Mt 18, 20).

Cristo age sempre e tão intimamente unido à Igreja, sua esposa amada, que esta glorifica perfeitamente a Deus e santifica os homens, ao invocar seu Senhor e, por seu intermédio, prestar culto ao eterno Pai. Com razão se considera a liturgia o exercício do sacerdócio de Cristo, em que se manifesta por sinais e se realiza a seu modo a santificação dos seres humanos, ao mesmo tempo que o corpo místico de Cristo presta culto público perfeito à sua cabeça.

Toda celebração litúrgica, pois, como obra de Cristo sacerdote e de seu corpo, a Igreja, é ação sagrada num sentido único, não igualado em eficácia nem grau por nenhuma outra ação da Igreja".

Nota:26

cf. **Jo 20,23**: "Os pecados daqueles que vocês perdoarem, serão perdoados. Os pecados daqueles que vocês não perdoarem, não serão perdoados".

Nota:27

cf. **Mt 16,13-19**: "Jesus chegou à região de Cesaréia de Filipe, e perguntou aos seus discípulos: Quem dizem os homens que é o Filho do Homem? Eles responderam: Alguns dizem que é João Batista; outros, que é Elias; outros ainda, que é Jeremias, ou algum dos profetas. Então Jesus perguntou-lhes: E vocês, quem dizem que eu sou? Simão Pedro respondeu: Tu és o Messias, o Filho do Deus vivo. Jesus disse: Você é feliz, Simão, filho de Jonas, porque não foi um ser humano que lhe revelou isso, mas o meu Pai que está no céu. Por isso eu lhe digo: você é Pedro, e sobre essa pedra construirei a minha Igreja, e o poder da morte nunca poderá vencê-la. Eu lhe darei as chaves do Reino do Céu, e o que você ligar na terra será ligado no céu, e o que você desligar na terra será desligado no céu".

Mt 18,18: "Eu lhes garanto: tudo o que vocês ligarem na terra, será ligado no céu, e tudo o que vocês desligarem na terra, será desligado no céu".

Nota:28

cf. **Rito, n.7b**: "Também, o uso freqüente e fervoroso deste sacramento é muito útil contra os pecados veniais. Pois não se trata de mera repetição ritual, nem de uma espécie de exercício psicológico, mas de um esforço assíduo para aperfeiçoar a graça do batismo a fim de que, trazendo em nosso corpo a mortificação de Cristo, a vida de Jesus se manifeste cada vez mais em nós.

Nestas confissões os penitentes, enquanto se acusam de faltas veniais, devem preocupar-se sobretudo em assemelhar-se mais plenamente a Cristo e em obedecer com maior atenção à voz do Espírito Santo.

Contudo, para que este sacramento de salvação produza realmente seus efeitos nos fiéis cristãos, deve lançar raízes em toda sua vida impelindo-os a servir com maior fervor a Deus e a seus irmãos.

Assim, a celebração deste sacramento é sempre uma ação pela qual a Igreja proclama a sua fé, dá graças a Deus pela liberdade com que Cristo nos libertou, e oferece sua vida como sacrifício espiritual para o louvor da glória de Deus, enquanto se apressa ao encontro de Cristo".

Nota:29

cf. **Rito, n.4**: "De muitas e variadas maneiras o povo de Deus pratica e realiza esta contínua penitência. Participando da Paixão de Cristo pelos seus sofrimentos e convertendo-se cada vez mais ao Evangelho de Cristo pela prática das obras de caridade e misericórdia, torna-se no mundo o sinal da conversão a Deus. A Igreja o expressa em sua vida e o celebra em sua liturgia, quando os fiéis se reconhecem pecadores e imploram o perdão de Deus e dos irmãos, como sucede nas celebrações penitenciais, na proclamação da palavra de Deus, na oração e nos elementos penitenciais da celebração eucarística cf. Concílio de Trento, Sessão XIV, sobre o Sacramento da Penitência, DENZ. SCHÖN.1638, 1740, 1743; S. Cong. dos Ritos, Instr. Eucharisticum mysterium, 25 de maio de 1967, n.35: AAS 59 (1967), pp. 560-561; Missal Romano, Instrução Geral nn. 29, 30, 56a.b.g".

Nota:30

cf. **PO, n.6:** "Como participantes da função de Cristo, cabeça e pastor, os padres, em nome do bispo, reúnem a família de Deus numa única fraternidade em torno de Deus Pai, no Espírito.

Para o cumprimento desta missão e exercício de todas as outras funções, o padre recebe um poder espiritual de edificação da Igreja, que o dispõe a tratar a todos com a maior humanidade, a exemplo do Senhor. Não no sentido de querer sempre agradar a todos, mas levando a admoestá-los como a filhos caríssimos de acordo com as exigências da doutrina e da vida cristã, segundo o que diz o apóstolo: *Insiste, oportuna e importunamente, argumenta e corrige, com toda paciência e doutrina.*

Como educadores na fé, os sacerdotes, pessoalmente ou por meio de outros, cuidem de cada fiel em particular, para que sigam sua vocação própria, segundo o Evangelho. Ensine-os a agir segundo o Espírito Santo, na caridade e na liberdade pela qual Cristo nos libertou. Pouco adiantam as belas cerimônias ou as associações cheias de vida, se não contribuem para o amadurecimento cristão das pessoas.

Em vista desse objetivo, será de grande valia para os sacerdotes analisarem os acontecimentos, grandes e pequenos, em que se manifesta a vontade de Deus. Ensinem os fiéis a não viverem exclusivamente em função de si mesmos. Com as graças que recebeu, cada um deve-se colocar a serviço dos outros e cumprir cristãmente seus deveres na sociedade, de acordo com as exigências da caridade. Embora estejam a serviço de todos, os sacerdotes devem se dedicar de modo especial aos pobres e aos mais fracos, com que o Senhor se mostra mais intimamente unido e cuja evangelização é sinal da obra messiânica. Cuidem igualmente dos jovens. Também dos casais e dos pais, promovendo grupos de amizade e de ajuda mútua na vida cristã, que muito contribuem para enfrentar com maior facilidade os duros problemas do dia-a-dia.

Saibam os padres que os religiosos, homens e mulheres, são o que há de mais nobre na casa do Senhor, com direito a toda atenção, em vista de seu proveito espiritual, para o bem de toda a Igreja. Acima de tudo, assistam os doentes e agonizantes, visitando-os e confortando-os.

A função pastoral não se limita aos fiéis na sua individualidade, mas visa à formação da comunidade propriamente dita. O espírito comunitário deve ser alimentado tanto na Igreja local como em relação à Igreja universal.

A comunidade local não guarde para si os seus fiéis, mas estimule seu espírito missionário, para que se empenhem em abrir para todos os homens o caminho de Cristo. Recomenda-se especial cuidado com os catecúmenos e neófitos que devem ser progressivamente levados a conhecer melhor e a praticar a vida cristã.

A comunidade cristã se edifica a partir da eucaristia, em que fixa suas raízes e apóia sua estrutura. É a base de todo trabalho pedagógico. A celebração eucarística quando autêntica e plena, leva à prática de todas as obras de caridade, à ação missionária, ao auxílio às missões e a todas as múltiplas formas de testemunho cristão.

Sejam verdadeiras mães da comunidade eclesial pela caridade, oração, exemplo e obras de penitência, levando as almas a Cristo. É a forma mais eficaz de preparar o caminho de Cristo e da Igreja, mostrando-o aos que ainda não crêem, de estimular os fiéis e de prepará-los para os combates espirituais. Na edificação da comunidade cristã, os sacerdotes não estejam a serviço de nenhuma ideologia ou partido humanos. Como arautos do Evangelho e pastores da Igreja, trabalhem sempre para o crescimento espiritual do corpo de Cristo". Veja-se também a Instrução "Dum canonicarum legum" de 8 de dezembro de 1970; AAS LXIII-30 aprilis-1971, p. 318.

Nota:31

cf. **Rito, n.8:** "**Função da comunidade na celebração da penitência** - A Igreja inteira, como povo sacerdotal, age de diversos modos no exercício da obra de reconciliação que Deus lhe confiou. Porque, não somente chama à penitência por meio da pregação da palavra de Deus, como intercede pelos os pecadores e com solicitude maternal ajuda o penitente a confessar suas faltas, para alcançar a misericórdia de Deus, único que pode perdoar os pecados. Mas a própria Igreja torna-se instrumento da conversão e da absolvição do penitente pelo ministério que Cristo confiou aos apóstolos e a seus sucessores".

Nota:32

Rito, n.22: "Quando vários penitentes se reúnem para a reconciliação sacramental, convém que se preparem por uma celebração da palavra de Deus. Podem participar da mesma celebração outros fiéis que só se aproximam do sacramento em outra ocasião. A celebração em comum manifesta mais claramente a natureza eclesial do sacramento. Pois os fiéis ouvem juntos a palavra de Deus que, proclamando a misericórdia divina, os convida à conversão, levando-os a confrontarem com ela a sua vida e se ajudarem com oração recíproca. Depois de cada um confessar seus pecados e receber a absolvição, louvam juntos a Deus pelas maravilhas realizadas em favor do povo que adquiriu com o sangue de seu Filho. Cuide-se de que haja vários sacerdotes para, em lugares adequados, ouvir e reconciliar cada fiel".

Nota:33

cf. **Rito, n.11:** "*O próprio penitente* - Muito importantes são as funções desempenhadas pelo penitente no sacramento. Quando, pois, se aproxima com as devidas disposições deste remédio de salvação instituído por Cristo e confessa seus pecados, toma parte com seus atos no próprio sacramento, que se consuma com as palavras da absolvição, pronunciadas pelo ministro em nome de Cristo.

Assim o fiel, enquanto experimeta e proclama em sua vida a misericórdia de Deus, celebra junto com o sacerdote a liturgia de uma Igreja que continuamente se renova".

Nota:34

cf. **Rito, n.15, 22, 31:** "**15.** O sacerdote e o penitente preparam-se para celebrar o sacramento, sobretudo pela oração. O sacerdote invocará o Espírito Santo para receber dele a luz e a caridade; por vez, o penitente confrontará a sua vida com o exemplo e os mandamentos de Cristo e rogará a Deus o perdão de suas faltas.

22. Quando vários penitentes se reúnem para a reconciliação sacramental, convém que se preparem por uma celebração da palavra de Deus. Podem participar da mesma celebração outros fiéis que só se aproximam do sacramento em outra ocasião. A celebração em comum manifesta mais claramente a natureza eclesial do sacramento. Pois os fiéis ouvem juntos a palavra de Deus que, proclamando a misericórdia divina, os convida à conversão, levando-os a confrontarem com ela a sua vida e se ajudarem com oração recíproca. Depois de cada um confessar seus pecados e receber a absolvição, louvam juntos a Deus pelas maravilhas realizadas em favor do povo que adquiriu com o sangue de seu Filho. Cuide-se de que haja vários sacerdotes para, em lugares adequados, ouvir e reconciliar cada fiel.

31. A íntegra confissão individual e a absolvição continua sendo a única forma ordinária de reconciliação dos fiéis com Deus e a Igreja, a não ser que uma impossibilidade física ou moral dispense desta confissão. Pode suceder com efeito que circunstâncias particulares tornem lícito, e até necessário, conceder a absolvição geral a vários penitentes sem prévia confissão individual. Além de perigo de morte, em caso de grave necessidade, será lícito absolver sacramentalmente de uma só vez vários fiéis que se tenham confessado apenas genericamente, depois de exortados ao arrependimento. Isto ocorre, por exemplo, quando, em razão do número de penitentes, não houver confessores suficientes para ouvir como convém todas as confissões em tempo razoável, vendo-se os penitentes, sem culpa própria, obrigados a privar-se por mais tempo da graça sacramental ou da sagrada comunhão. O que pode ocorrer sobretudo em terras de missões, mas também em outros lugares e ainda onde a reunião de muitas pessoas exija esta solução. Isto não será lícito mesmo havendo grande número de penitentes, como por exemplo, em alguma festa ou peregrinações, quando se puder contar com confessores em número suficiente”.

Nota:35

cf. **Hb 10,29:** “Vocês então podem imaginar o castigo bem mais severo, que merecerá aquele que pisou o Filho de Deus, que profanou o sangue da aliança, pelo qual foi santificado, e que insultou o Espírito da graça!”.

Nota:36

cf. **Jo 17:** “Depois de falar essas coisas, Jesus ergueu os olhos ao céu e disse: Pai, chegou a hora. Glorifica o teu Filho, para que o Filho glorifique a ti, pois lhe deste poder sobre todos os homens, para que ele dê a vida eterna a todos aqueles que lhe deste. Ora, a vida eterna é esta: que eles conheçam a ti, o único Deus verdadeiro, e aquele que tu enviaste, Jesus Cristo. Eu te glorifiquei na terra, completei a obra que me deste para fazer. E agora, Pai, glorifica-me junto a ti, com a glória que eu tinha junto de ti antes que o mundo existisse.

Eu manifestei o teu nome aos homens que me deste do meio do mundo. Eles eram teus e tu os deste a mim, e eles guardaram a tua palavra. Agora eles conhecem que tudo o que me deste provém de ti, e que as palavras que eu lhes dei são aquelas que tu me deste. Eles as receberam, e conheceram verdadeiramente que eu saí de junto de ti, e acreditaram que tu me enviaste. Eu peço por eles. Não peço pelo mundo, mas por aqueles que me deste, porque são teus. E tudo o que é meu é teu, e tudo o que é teu é meu, e assim sou glorificado neles. Eu já não estou no mundo. Eles permanecem no mundo, enquanto eu vou para junto de ti.

Pai santo, guarda-os em teu nome, o nome que tu me deste, para que eles sejam um, assim como nós somos um. Quando eu estava com eles, eu os guardava em teu nome, o nome que tu me deste. Eu os protegi e nenhum deles se perdeu, a não ser o filho da perdição, para que se cumprisse a Escritura. Agora eu vou para junto de ti. Entretanto, continuo a dizer essas coisas neste mundo, para que eles possuam toda a minha alegria. Eu dei a eles a tua palavra, e o mundo os odiou, porque eles não pertencem ao mundo, como eu não pertencço ao mundo.

Não te peço para tirá-los do mundo, mas para guardá-los do maligno. Eles não pertencem ao mundo, como eu não pertencço ao mundo. Consagra-os com a verdade: a verdade é a tua palavra. Assim como tu me enviaste ao mundo, eu também os envio ao mundo. Em favor deles eu me consagro, a fim de que também eles sejam consagrados com a verdade.

Eu não te peço só por estes, mas também por aqueles que vão acreditar em mim por causa da palavra deles, para que todos sejam um, como tu, Pai, estás em mim e eu em ti. E para que também eles estejam em nós, a fim de que o mundo acredite que tu me enviaste. Eu mesmo dei a eles a glória que tu me deste, para que eles sejam um, como nós somos um. Eu neles e tu em mim, para que sejam perfeitos na unidade, e para que o mundo reconheça que tu me enviaste e que os amaste, como amaste a mim.

Pai, aqueles que tu me deste, eu quero que eles estejam comigo onde eu estiver, para que eles contemplem a minha glória que tu me deste, pois me amaste antes da criação do mundo.

Pai justo, o mundo não te reconheceu, mas eu te reconheci. Estes também reconheceram que tu me enviaste. E eu tornei o teu nome conhecido para eles. E continuarei a torná-lo conhecido, para que o amor com que me amaste esteja neles, e eu mesmo esteja neles”.

Nota:37

Jo 12,32: “e, quando eu for levantado da terra, atrairei todos a mim”.

Nota:38

cf. **Filho Pródigo – Lc 15,11-32:** “Jesus continuou: Um homem tinha dois filhos. O filho mais novo disse ao pai: Pai, me dá a parte da herança que me cabe. E o pai dividiu os bens entre eles. Poucos dias depois, o filho mais novo juntou o que era seu, e partiu para um lugar distante. E aí esbanjou tudo numa vida desenfreada. Quando tinha gasto tudo o que possuía, houve uma grande fome nessa região, e ele começou a passar necessidade. Então foi pedir trabalho a um homem do lugar, que o mandou para a roça, cuidar dos porcos. O rapaz queria matar a fome com a lavagem que os porcos comiam, mas nem isso lhe davam. Então, caindo em si, disse: Quantos empregados do meu pai têm pão com fartura, e eu aqui, morrendo de fome... Vou me levantar, e vou encontrar meu pai, e dizer a ele: Pai, pequei contra Deus e contra ti; já não mereço que me chamem teu filho. Trata-me como um dos teus empregados. Então se levantou, e foi ao encontro do pai. Quando ainda estava longe, o pai o avistou, e teve compaixão. Saiu correndo, o abraçou, e o cobriu de beijos.

Então o filho disse: Pai, pequei contra Deus e contra ti; já não mereço que me chamem teu filho. Mas o pai disse aos empregados: Depressa, tragam a melhor túnica para vestir meu filho. E coloquem um anel no seu dedo e sandálias nos pés. Peguem o novilho gordo e o matem. Vamos fazer um banquete. Porque este meu filho estava morto, e tornou a viver; estava perdido, e foi encontrado. E começaram a festa.

O filho mais velho estava na roça. Ao voltar, já perto de casa, ouviu música e barulho de dança. Então chamou um dos criados, e perguntou o que estava acontecendo. O criado respondeu: É seu irmão que voltou. E seu pai, porque o recuperou são e salvo, matou o novilho gordo. Então, o irmão ficou com raiva, e não queria entrar. O pai, saindo, insistia com ele. Mas ele respondeu ao pai: Eu trabalho para ti há tantos anos, jamais desobedeci a qualquer ordem tua; e nunca me deste um cabrito para eu festejar com meus amigos. Quando chegou esse teu filho, que devorou teus bens com prostitutas, matas para ele o novilho gordo! Então o pai lhe disse: Filho, você está sempre comigo, e tudo o que é meu é teu. Mas, era preciso festejar e nos alegrar, porque esse seu irmão estava morto, e tornou a viver; estava perdido, e foi encontrado”.

Zaqueu – Lc 19,1-10: “Jesus tinha entrado em Jericó, e estava atravessando a cidade. Havia aí um homem chamado Zaqueu: era chefe dos cobradores de impostos, e muito rico. Zaqueu desejava ver quem era Jesus, mas não o conseguia, por causa da multidão, pois ele era muito baixo. Então correu na frente, e subiu numa figueira para ver, pois Jesus devia passar por aí. Quando Jesus chegou ao lugar, olhou para cima, e disse: Desça depressa, Zaqueu, porque hoje preciso ficar em sua casa. Ele desceu rapidamente, e recebeu Jesus com alegria. Vendo isso, todos começaram a criticar, dizendo: Ele foi se hospedar na casa de um pecador! Zaqueu ficou de pé, e disse ao Senhor: A metade dos meus bens, Senhor, eu dou aos pobres; e, se roubei alguém, vou devolver quatro vezes mais. Jesus lhe disse: Hoje a salvação entrou nesta casa, porque também este homem é um filho de Abraão. De fato, o Filho do Homem veio procurar e salvar o que estava perdido”.

Nota:39

LG 30: “Depois de falar das funções da hierarquia, o Concílio se volta alegremente para os fiéis, os leigos. Tudo que foi dito do povo de Deus aplica-se igualmente aos clérigos, religiosos e leigos. Os leigos, porém, homens e mulheres, em virtude de sua condição e missão, têm algo de especial, cujo fundamento deve ser melhor examinado nas circunstâncias particulares do mundo em que vivemos.

Os pastores sabem quanto os leigos contribuem para o bem de toda a Igreja. Sabem que não foram constituídos por Cristo para assumirem sozinhos a missão salvadora da Igreja em relação ao mundo. É sumamente importante que, no exercício de sua função, contem com o apoio dos leigos e com os seus carismas, permitindo que todos colaborem a seu modo na execução do trabalho comum. É preciso que vivendo no amor autêntico, cresçamos sob todos os aspectos em direção a Cristo, que é a cabeça.

Ele organiza e dá coesão ao corpo inteiro, através de uma rede de articulações, que são os membros, cada um com sua atividade própria, para que o corpo cresça e se construa a si próprio no amor (Ef 4, 15-16)”.

Nota:40

cf. **Mt 3,2:** “Convertam-se, porque o Reino do Céu está próximo”.

Mt 4,17: “Daí em diante, Jesus começou a pregar, dizendo: Convertam-se, porque o Reino do Céu está próximo”.

Mc 1,4: “E foi assim que João Batista apareceu no deserto, pregando um batismo de conversão para o perdão dos pecados”.

Mc 2,14-15: “Enquanto ia caminhando, Jesus viu Levi, o filho de Alfeu, sentado na coletoria de impostos, e disse para ele: Siga-me. Levi se levantou e o seguiu.

Mais tarde, Jesus estava comendo na casa de Levi. Havia vários cobradores de impostos e pecadores na mesa com Jesus e seus discípulos; com efeito, eram muitos os que o seguiam”.

Lc 3,3: “E João percorria toda a região do rio Jordão, pregando um batismo de conversão para o perdão dos pecados”.

Nota:41

Tg 1,21: “Por isso, deixem de lado qualquer imundície e sinal de malícia, e recebam com docilidade a Palavra que lhes foi plantada no coração e que pode salvá-los”.

Nota:42

Apêndice 2: *Preparação das celebrações penitenciais* - 1. As celebrações penitenciais de que se fala no Ritual da Penitência (n.36-37), são de grande proveito, tanto para a vida dos indivíduos como da comunidade. Servem para alimentar o espírito e a virtude da penitência, e preparar uma celebração mais proveitosa do sacramento. Deve-se evitar que os fiéis confundam estas celebrações com a confissão e a absolvição sacramentais.

As celebrações penitenciais, sobretudo quando se destinam a determinados grupos e circunstâncias, devem considerar atentamente as condições de vida, o modo de falar e a compreensão dos participantes. Por isso cabe às Comissões de Liturgia e às respectivas comunidades preparar estas celebrações, de modo que para cada grupo e circunstância sejam escolhidos os textos mais apropriados e esquema mais conveniente.

Para ajudá-las nesta tarefa, propõem-se a seguir celebrações penitenciais de vários tipos, que são apenas sugestões e devem ser adaptadas às condições de cada comunidade.

Nestas celebrações, realiza-se às vezes o sacramento da Penitência; nesse caso, depois das leituras e da homilia, usar-se-á o Rito para reconciliação de vários penitentes com confissão e absolvição individuais (n.54-59) ou, em casos particulares, previstos pelo direito, o Rito para reconciliação de vários penitentes com confissão e absolvição geral (n.60-63)”.

Nota:43

cf. **SC 109b:** “O tempo quaresmal comporta dois aspectos: a memória ou preparação do batismo e a penitência. Nesse tempo dediquem-se os fiéis, com maior afinco, a ouvir a palavra de Deus e à oração, preparando a celebração do mistério pascal na liturgia e na catequese litúrgica, que devem vir a ser valorizadas.

a) acentuem-se os aspectos batismais da liturgia quaresmal, resgatando alguns elementos tradicionais, que foram abandonados;

b) o mesmo se diga de certos aspectos penitenciais. A catequese deve chamar atenção para as conseqüências sociais do pecado, juntamente com a consideração da natureza própria do pecado, que deve ser detestado. Não se deixe também, de lado, nem a ação penitencial da Igreja, nem a oração pelos pecadores”.

Nota:44

SI 50: “Salmo de Asaf. Javé, o Deus dos deuses, fala, convocando a terra, do nascente ao poente. De Sião, a formosa, Deus resplandece: o nosso Deus vem, e não vai se calar. À sua frente, vem um fogo devorador, e, ao seu redor, tempestade violenta. Do alto ele convoca céu e terra para julgar o seu povo: Reúnam junto a mim os meus fiéis, que selaram minha aliança com sacrifício! Que o céu proclame a sua justiça, pois o próprio Deus vai julgar. Ouça, meu povo, que eu vou falar a você, Israel, eu vou testemunhar contra você. Eu sou Deus, o seu Deus! Não acuso você pelos seus sacrifícios, porque seus holocaustos estão sempre diante de mim. Porém, não vou tomar nenhum novilho de sua casa, e nem mesmo um cabrito de seus currais; pois são minhas todas as feras da selva, e os animais das montanhas, aos milhares. Conheço todos os pássaros do céu, e o rebanho dos campos me pertence. Se eu tivesse fome, não diria a você, pois o mundo é meu, e tudo o que nele existe. Por acaso eu comeria carne de touros, ou beberia sangue de cabritos? Ofereça a Deus um sacrifício de confissão, e cumpra os seus votos ao Altíssimo. Invoque-me no dia da angústia: eu o livrarei, e você me

glorificará. Ao injusto, porém, Deus declara: De que adianta você recitar meus preceitos e ter sempre na boca a minha aliança, se você detesta a disciplina e rejeita as minhas palavras? Se você vê um ladrão, você o acompanha e se mistura com os adúlteros. Você solta sua boca para o mal, e seus lábios tramam a fraude. Você se assenta para falar contra o seu irmão, e desonra o filho de sua mãe. Você se comporta assim, e eu devo me calar? Você imagina que eu seja como você? Eu o acuso e coloco tudo diante dos seus olhos! Considerem isso, vocês que se esquecem de Deus. Senão, eu vou dilacerar vocês, e ninguém os libertará! Quem me oferece um sacrifício de confissão me glorifica; e a quem segue o bom caminho, eu mostrarei a salvação de Deus”.

Nota:45

Ef 3,19: “de conhecer o amor de Cristo, que supera qualquer conhecimento, para que vocês fiquem repletos de toda plenitude de Deus”.

Nota:46

CD 30: “Os párocos são os principais cooperadores do bispo. Como pastores, têm a responsabilidade da cura das almas num determinado território da diocese colocado sob sua autoridade.

1. Nesse trabalho exerçam com seus auxiliares as funções de ensinar, santificar e governar, de tal maneira que os fiéis e as comunidades

paroquiais se sintam membros tanto da diocese como da Igreja universal. Colaborem com os outros párocos e demais sacerdotes que exercem função no mesmo território, como vigários forâneos e decanos, ou de natureza supraparoquial, procurando manter a unidade e a eficácia do trabalho diocesano.

A cura das almas deve ser sempre alimentada pelo espírito missionário e

se estender a todos os habitantes da paróquia. Quando o pároco não pode alcançar determinados grupos, recorra ao auxílio de outros, inclusive leigos, para ajudá-lo no apostolado. Para que a cura das almas seja mais eficaz, recomenda-se fortemente aos sacerdotes a vida comunitária, especialmente aos da mesma paróquia, o que não só favorece o trabalho, como dá aos fiéis exemplo de caridade e de unidade.

2. No exercício da função de magistério, o pároco deve pregar a palavra de

Deus a todos os fiéis, para que, enraizados na fé, na esperança e na caridade, cresçam em Cristo e dêem o testemunho de caridade recomendado pelo Senhor. Assegurem igualmente a instrução catequética a todos os fiéis, adaptando a cada idade o conhecimento do mistério da salvação na sua plenitude. Para esse trabalho catequético recorram aos religiosos e também aos leigos, fundando a Confraria da Doutrina Cristã.

No exercício da função de santificação, os párocos procurem tornar o sacrifício eucarístico centro e ápice de toda a vida da comunidade cristã. Estimulem os fiéis a se aproximar do alimento espiritual, recebendo devota e freqüentemente os sacramentos e participando de maneira consciente e ativa na liturgia. Lembrem-se da importância que tem para a vida cristã o sacramento da penitência, facilitando aos fiéis serem ouvidos em confissão e recorrendo, se necessário, a sacerdotes que falem diversas línguas.

No desempenho das funções pastorais, os párocos procurem antes de tudo conhecer o próprio rebanho. Sendo ministros de todos, promovam o crescimento da vida cristã tanto através das associações, especialmente dedicadas ao apostolado, como, diretamente, através da comunidade paroquial no seu conjunto. Visitem as casas e as escolas conforme as necessidades do exercício de suas funções. Estejam presentes entre os adolescentes e os jovens. Sejam paternalmente caridosos para com os pobres e os doentes. Dêem atenção especial aos operários. Procurem, enfim, a colaboração dos fiéis nas obras de apostolado.

3. Os vigários paroquiais, cooperadores dos párocos, dediquem-se ativamente ao trabalho pastoral cotidiano sob a autoridade do pároco. Pároco e vigários convivam fraternalmente no respeito mútuo e na caridade, ajudando-se uns aos outros com conselhos, apoio e exemplo, desempenhando o trabalho pastoral com a mesma disposição e igual aplicação”.

Nota:47

LG 36: “Cristo entrou na glória do reino fazendo-se obediente até a morte e sendo, por isso, exaltado pelo Pai (cf. Fl 2, 8s). Tudo lhe foi submetido, até que ele mesmo submeta ao Pai todas as coisas criadas, para que Deus seja tudo em todos (cf. 1Cor 15, 27s). Comunicou aos discípulos este seu poder para que tenham uma liberdade de reis e vençam em si mesmos o domínio do pecado, pela abnegação de si mesmos e por uma vida de santidade (cf. Rm 6, 12). Mas além disso, para que, servindo a Cristo nos outros, os discípulos encaminhem seus irmãos, pela humildade e pela paciência, ao rei, a quem servir é reinar.

O Senhor deseja que também os leigos contribuam para o aumento de seu reino de verdade e de vida, de santidade e de graça, de justiça, de amor e de paz, em que a criatura é libertada da escravidão da morte, para a liberdade dos filhos de Deus (cf. Rm 8, 21).

A promessa é grande, como é grande o mandamento dado aos discípulos: Tudo é de vocês, mas vocês são de Cristo e Cristo é de Deus (1Cor 3, 22-23).

Os fiéis devem, pois, reconhecer a natureza, o valor e a destinação ao louvor de Deus de todas as criaturas, devem também ajudar-se uns aos outros em vista de uma vida mais santa, inclusive nos trabalhos desse mundo, para imbuí-lo do espírito de Cristo e fazer com que alcance de maneira mais profunda sua finalidade, na justiça, na caridade e na paz. No cumprimento desta tarefa, os leigos desempenham o papel principal. Sua competência nas disciplinas e atividades profanas, interiormente elevada pela graça de Cristo, confere especial validade a seu trabalho. Desenvolvem-se assim os bens criados, de acordo com a disposição do criador e sob a iluminação do Verbo, através do trabalho humano, da técnica e da cultura. Estes mesmos bens criados se tornam úteis a todos, são melhor distribuídos e contribuem para o progresso universal, na liberdade humana e cristã.

Cristo iluminará assim cada vez mais a sociedade, com sua luz salutar, por intermédio dos membros da Igreja. Unidos, os leigos devem procurar corrigir as condições de vida e as instituições do mundo que induzem ao pecado, para que se conformem com as normas da justiça e contribuam para a prática do bem, em lugar de dificultá-la. Agindo assim conferem à cultura e às atividades humanas um valor moral. Preparam o campo do mundo para melhor receber a semente da palavra divina e abrem as portas à Igreja, para que atue como anunciadora da paz.

Em benefício da própria salvação, os fiéis devem cuidadosamente aprender a distinguir entre seus direitos e deveres, como membros da Igreja e o que lhes compete como membros da sociedade humana. Procurem

harmonizar esses dois aspectos de sua vida, lembrando-se de que em todas as circunstâncias temporais precisam se deixar inspirar pela consciência cristã, pois nada foge ao domínio de Deus.

Nos dias de hoje, é muito importante que se evidenciem no modo de agir dos fiéis tanto essa distinção quanto a harmonia, para que a Igreja, no cumprimento de sua missão, corresponda às necessidades do mundo atual. Assim como se reconhece que a sociedade terrena, voltada para o cuidado das coisas temporais, é regida por princípios próprios, deve-se rejeitar a doutrina infausta, que pretende construir a sociedade sem levar em conta a religião e que combate e destrói a liberdade religiosa dos cidadãos”.

GS 16: “No fundo da consciência o ser humano descobre uma lei que não foi ele que estabeleceu, mas que deve ser seguida por ele. É como se fosse uma voz que lhe falasse ao coração e o chamasse a amar o bem e a praticá-lo, afastando-se do mal: faça isto, evite aquilo. Essa lei foi inscrita por Deus no coração. Obedecer-lhe é o segredo da dignidade humana, pois é por que todos serão julgados.

A consciência é a intimidade secreta, o sacrário da pessoa, em que se encontra a sós com Deus e onde lhe ouve intimamente a voz. Na consciência revela-se, de modo admirável, a lei que consiste em amar a Deus e ao próximo.

A fidelidade à própria consciência é o laço mais profundo que une entre si todos os seres humanos, inclusive os cristãos, na busca da verdade e de uma solução autêntica para os problemas morais que surgem na vida de cada um e na relação de uns com os outros, na sociedade. Quanto mais força tem a consciência reta, tanto mais as pessoas e os grupos humanos evitam o arbítrio cego e procuram se conformar às normas objetivas da moralidade. Às vezes a consciência erra. A pessoa, porém, não perde sua dignidade, quando é vítima de uma ignorância humanamente insuperável. O mesmo, todavia, já não se pode dizer quando, por falta de empenho em buscar o bem, a consciência vai se tornando cada dia mais confusa, enredada na prática do mal”.

DH 14: “Para cumprir o mandamento divino de ensinar a todos os povos (Mt 28, 19), a Igreja católica se empenha em trabalhar para que a palavra de Deus se difunda e se torne cada dia mais luminosa (2Ts 3, 1).

A Igreja pede a todos os seus filhos que antes de tudo façam pedidos, orações, súplicas e ações de graça em favor de todos os seres humanos... Isso é bom e agradável diante de nosso Deus e salvador, que quer que todos os seres humanos sejam salvos e cheguem ao conhecimento da verdade (1Tm 2, 1-4).

Na formação de sua consciência, os fiéis devem levar em conta a verdadeira e sagrada doutrina da Igreja. Por vontade de Cristo a Igreja católica é mestra da verdade, sua função é manifestar e ensinar autenticamente Cristo, a verdade, declará-la e confirmá-la, em consonância com os princípios da ordem moral, decorrentes da natureza humana.

Guiados pela Sabedoria, os cristãos procurem, com confiança e coragem apostólica até o martírio, no Espírito Santo, com amor autêntico e palavras verdadeiras (2Cor 6, 6-7), difundir junto aos que estão fora da Igreja a luz da vida. Para com o Cristo mestre o discípulo tem o sério compromisso de conhecer cada vez melhor a verdade dele recebida, anunciá-la com fidelidade e defendê-la por todos os meios que não contrariem o espírito do Evangelho.

O amor de Cristo, por sua vez, nos impele a tratar as pessoas com amor, prudência e paciência, especialmente quando ignoram ou erram no que diz respeito à fé. Tenha-se pois igualmente presentes os deveres para com Cristo, palavra de vida, que precisa ser pregada, e os direitos da pessoa, a medida da graça que lhes é concedida da parte de Deus por Cristo, ao convidá-los a acolher livremente e a progredir na fé”.

Nota:48

PO 6: “Como participantes da função de Cristo, cabeça e pastor, os padres, em nome do bispo, reúnem a família de Deus numa única fraternidade em torno de Deus Pai, no Espírito. Para o cumprimento desta missão e exercício de todas as outras funções, o padre recebe um poder espiritual de edificação da Igreja, que o dispõe a tratar a todos com a maior humanidade, a exemplo do Senhor. Não no sentido de querer sempre agradar a todos, mas levando a admoestá-los como a filhos caríssimos de acordo com as exigências da doutrina e da vida cristã, segundo o que diz o apóstolo: *Insiste, oportuna e importunamente, argumenta e corrige, com toda paciência e doutrina.*

Como educadores na fé, os sacerdotes, pessoalmente ou por meio de outros, cuidem de cada fiel em particular, para que sigam sua vocação própria, segundo o Evangelho. Ensine-os a agir segundo o Espírito Santo, na caridade e na liberdade pela qual Cristo nos libertou. Pouco adiantam as belas cerimônias ou as associações cheias de vida, se não contribuem para o amadurecimento cristão das pessoas. Em vista desse objetivo, será de grande valia para os sacerdotes analisarem os acontecimentos, grandes e pequenos, em que se manifesta a vontade de Deus. Ensinem os fiéis a não viverem exclusivamente em função de si mesmos.

Com as graças que recebeu, cada um deve-se colocar a serviço dos outros e cumprir cristãmente seus deveres na sociedade, de acordo com as exigências da caridade. Embora estejam a serviço de todos, os sacerdotes devem se dedicar de modo especial aos pobres e aos mais fracos, com que o Senhor se mostra mais intimamente unido e cuja evangelização é sinal da obra messiânica.

Cuidem igualmente dos jovens. Também dos casais e dos pais, promovendo grupos de amizade e de ajuda mútua na vida cristã, que muito contribuem para enfrentar com maior facilidade os duros problemas do dia-a-dia. Saibam os padres que os religiosos, homens e mulheres, são o que há de mais nobre na casa do Senhor, com direito a toda atenção, em vista de seu proveito espiritual, para o bem de toda a Igreja. Acima de tudo, assistam os doentes e agonizantes, visitando-os e confortando-os.

A função pastoral não se limita aos fiéis na sua individualidade, mas visa à formação da comunidade propriamente dita. O espírito comunitário deve ser alimentado tanto na Igreja local como em relação à Igreja universal.

A comunidade local não guarde para si os seus fiéis, mas estimule seu espírito missionário, para que se empenhem em abrir para todos os homens o caminho de Cristo. Recomenda-se especial cuidado com os catecúmenos e neófitos que devem ser progressivamente levados a conhecer melhor e a praticar a vida cristã. A comunidade cristã se edifica a partir da eucaristia, em que fixa suas raízes e apóia sua estrutura. É a base de todo trabalho pedagógico.

A celebração eucarística quando autêntica e plena, leva à prática de todas as obras de caridade, à ação missionária, ao auxílio às missões e a todas as múltiplas formas de testemunho cristão. Sejam verdadeiras mães da comunidade eclesial pela caridade, oração, exemplo e obras de penitência, levando as almas a Cristo. É a forma mais eficaz de preparar o caminho de Cristo e da Igreja, mostrando-o aos que ainda não crêem, de

estimular os fiéis e de prepará-los para os combates espirituais. Na edificação da comunidade cristã, os sacerdotes não estejam a serviço de nenhuma ideologia ou partido humanos. Como arautos do Evangelho e pastores da Igreja, trabalhem sempre para o crescimento espiritual do corpo de Cristo”.

Nota:49

SC 109: “O tempo quaresmal comporta dois aspectos: a memória ou preparação do batismo e a penitência. Nesse tempo dediquem-se os fiéis, com maior afínco, a ouvir a palavra de Deus e à oração, preparando a celebração do mistério pascal na liturgia e na catequese litúrgica, que devem vir a ser valorizadas. a) acentuem-se os aspectos batismais da liturgia quaresmal, resgatando alguns elementos tradicionais, que foram abandonados; b) o mesmo se diga de certos aspectos penitenciais. A catequese deve chamar atenção para as conseqüências sociais do pecado, juntamente com a consideração da natureza própria do pecado, que deve ser detestado. Não se deixe também, de lado, nem a ação penitencial da Igreja, nem a oração pelos pecadores”.

cf. **Const. “Paenitemini”**, AAS 31 de março de 1966.

Nota:50

2Cor 5,18: “Tudo isso vem de Deus, que nos reconciliou consigo por meio de Cristo, e nos confiou o ministério da reconciliação”.

Nota:51

LG 11: “A índole sagrada e a constituição orgânica da comunidade sacerdotal se efetivam nos sacramentos e na prática cristã. Incorporados à Igreja pelo batismo, os fiéis recebem o caráter que os qualifica para o culto. Por outro lado, renascidos como filhos de Deus, devem professar a fé que receberam de Deus, por intermédio da Igreja.

O sacramento da confirmação os vincula ainda mais intimamente à Igreja e lhes confere de modo especial a força do Espírito Santo. Daí a obrigação maior de difundir e defender a fé, pela palavra e pelas obras, como verdadeiras testemunhas de Cristo. Participando do sacrifício eucarístico, fonte e ápice de toda a vida cristã, os fiéis oferecem a Deus a vítima divina e se oferecem com ela. Juntamente com os ministros, cada um a seu modo, têm todos um papel específico a desempenhar na ação litúrgica, tanto na oblação como na comunhão. Alimentando-se todos com o corpo de Cristo, demonstram de maneira concreta a unidade do povo de Deus, proclamada e realizada pelo sacramento da eucaristia.

Os fiéis que procuram o sacramento da penitência obtêm da misericórdia de Deus o perdão da ofensa que lhe fizeram. Ao mesmo tempo, se reconciliam com a Igreja, que ofenderam ao pecar e que contribui para sua conversão pelo amor, pelo exemplo e pelas orações. Pela sagrada unção dos enfermos e pela oração dos sacerdotes, a Igreja inteira recomenda os doentes ao Senhor, para seu alívio e salvação (cf. Tg 5, 14). Exortam os a se unirem livremente à paixão e à morte de Cristo (cf. Rm 8, 17; Cl 1, 24; 2Tm 2, 11-12; 1Pd 4, 13), dando assim sua contribuição para o bem do povo de Deus.

Os fiéis marcados pelo sacramento da ordem são igualmente constituídos, em nome de Cristo, para conduzir a Igreja pela palavra e pela graça de Deus. Finalmente os fiéis se dão o sacramento do matrimônio, manifestação e participação da unidade e do amor fecundo entre Cristo e sua Igreja (cf. Ef 5, 32). Ajudam-se mutuamente a se santificar na vida conjugal, no acolhimento e na educação dos filhos. Contam, por isso, com um dom específico e um lugar próprio ao seu estado de vida, no povo de Deus. A família procede dessa união. Nela nascem os novos membros da sociedade humana que, batizados, se tornarão filhos de Deus pela graça do Espírito Santo e perpetuarão o povo de Deus através dos séculos. A família é uma espécie de Igreja doméstica. Os pais são os primeiros anunciadores da fé e devem cuidar da vocação própria de cada um dos filhos, especialmente da vocação sagrada”.

SC 109b: “O mesmo se diga de certos aspectos penitenciais. A catequese deve chamar atenção para as conseqüências sociais do pecado, juntamente com a consideração da natureza própria do pecado, que deve ser detestado. Não se deixe também, de lado, nem a ação penitencial da Igreja, nem a oração pelos pecadores”.

PO 5: “Deus, que somente é santo e santificador, quis colocar humildes associados e auxiliares a serviço da obra de santificação. Nesse sentido, os sacerdotes são consagrados a Deus, por ministério do bispo, como participantes, a título especial, do sacerdócio de Cristo, para que atuem, nas celebrações sagradas, como ministros daquele que exerce incessantemente, por nós, na liturgia, seu papel sacerdotal, no Espírito. Os sacerdotes introduzem os seres humanos, pelo batismo, no povo de Deus. Reconciliam os pecadores pelo sacramento da penitência. Aliviam os doentes com a unção. Oferecem na missa, sacramentalmente, o sacrifício de Cristo. Desde os tempos primitivos, como mostra santo Inácio, mártir, os padres estão associados ao bispo em todos os sacramentos e o representam de diversas maneiras em cada uma das assembleias de fiéis.

Os sacramentos, todos os ministérios eclesiais e todas as obras apostólicas estão ordenados à eucaristia formando um só todo. Na eucaristia reside todo o bem espiritual da Igreja, que é Cristo, nossa páscoa. Pão vivo, em sua carne, vivificada e vivificante, no Espírito Santo, é fonte de vida para os homens, convidados a se unirem a ele, com todos os seus sofrimentos e toda a criação, num único oferecimento. Por isso a eucaristia é fonte e cume de toda a evangelização. Os catecúmenos são progressivamente admitidos à eucaristia, enquanto os fiéis batizados e confirmados, pela recepção da eucaristia, se inserem cada vez mais profundamente no corpo de Cristo. A assembleia eucarística, presidida pelo padre, é o centro de todas as reuniões de fiéis. Os sacerdotes ensinam o povo a oferecer a Deus Pai a vítima divina no sacrifício da missa, em união com sua própria vida. No espírito de Cristo pastor, os sacerdotes procurarão levar os fiéis contritos a submeterem seus pecados ao sacramento da penitência, para melhor se converterem ao Senhor, recordando-se de sua palavra: *Façam penitência, aproxima-se o reino dos céus* (Mt 4, 17).

Habituem-nos igualmente a participar da liturgia sagrada, para se iniciarem na oração e se exercitarem a praticar, em toda a vida, de maneira cada vez mais perfeita, o espírito de oração, segundo as graças e necessidades de cada um. Orientem todos a viver segundo as exigências do seu estado, estimulando os mais perfeitos à prática dos conselhos evangélicos. Ensinem os fiéis a cantarem ao Senhor, em seu coração, hinos e cânticos espirituais, dando sempre graças a Deus Pai por tudo, em nome de nosso Senhor Jesus Cristo. Os louvores e ações de graça da celebração eucarística se prolonguem pelas diversas horas do dia através da recitação do ofício divino, que os padres devem dizer em nome da Igreja, do seu povo, e de todos os seres humanos.

Para consolo e satisfação dos fiéis a casa de oração, em que se celebra e se guarda a santíssima eucaristia, deve ser objeto de respeito e veneração, pois é o lugar da reunião dos fiéis e da presença do Filho de Deus,

nosso salvador, que se oferece no altar por nós. Ela deve estar sempre limpa e ser reservada à oração e às celebrações solenes, pois, nesse lugar, pastores e fiéis são convidados a corresponder ao dom daquele que, por sua humanidade, infunde incessantemente a vida em seu corpo. Cultivem os sacerdotes a ciência e arte litúrgicas, para que seu ministério junto às comunidades que lhe são confiadas seja cada dia mais perfeito no louvor a Deus Pai, Filho e Espírito Santo”.

Nota:52

cf. **Mt 3,2**: “Convertam-se, porque o Reino do Céu está próximo”.

Mt 4,17: “Daí em diante, Jesus começou a pregar, dizendo: “Convertam-se, porque o Reino do Céu está próximo”.

Lc 24,46: “E continuou: Assim está escrito: O Messias sofrerá e ressuscitará dos mortos no terceiro dia”.

Atos, passim e **Hb 6,1**: “Assim, deixando de lado as instruções elementares sobre Cristo, vamos tratar de assuntos de adultos. Não trataremos de coisas elementares, tais como: conversão das obras mortas e fé em Deus”.

Nota:53

cf. **SC 110**: “Além de interna e individual, a penitência quaresmal deve ser externa e social. As práticas penitenciais, porém, devem ser aptas ao tempo, ao lugar e às condições de cada fiel, sendo estabelecidas pelas autoridades territoriais, nos termos do artigo 22. Mantenha-se, porém, o jejum da Sexta-feira Santa e, eventualmente, também do sábado, para que se chegue com entusiasmo às alegrias do domingo da ressurreição”.

Nota:54

cf. **SC 109**: “O tempo quaresmal comporta dois aspectos: a memória ou preparação do batismo e a penitência. Nesse tempo dediquem-se os fiéis, com maior afinco, a ouvir a palavra de Deus e à oração, preparando a celebração do mistério pascal na liturgia e na catequese litúrgica, que devem vir a ser valorizadas. a) acentuem-se os aspectos batismais da liturgia quaresmal, resgatando alguns elementos tradicionais, que foram abandonados; b) o mesmo se diga de certos aspectos penitenciais. A catequese deve chamar atenção para as conseqüências sociais do pecado, juntamente com a consideração da natureza própria do pecado, que deve ser detestado. Não se deixe também, de lado, nem a ação penitencial da Igreja, nem a oração pelos pecadores”.

Nota:55

cf. **Rito da Penitência** – Introdução, n.3-4: “Deve-se cuidar que os fiéis não confundam estas celebrações com a celebração do Sacramento da Penitência. Estas celebrações penitenciais, porém, são sumamente úteis para levar à conversão e purificação interior. Convém realizar estas celebrações penitenciais principalmente:

para fomentar o espírito de penitência na comunidade cristã; para ajudar os fiéis a preparar a confissão que cada um poderá fazer oportunamente; para educar as crianças a adquirirem gradualmente a consciência do pecado na vida humana e da libertação do pecado por Cristo; para ajudar os catecúmenos em sua conversão; Além disso, onde não houver nenhum sacerdote disponível para conceder a absolvição sacramental, são utilíssimas as celebrações penitenciais, por despertar nos fiéis uma contrição perfeita nascida da caridade, pela qual, como desejo de receber mais tarde o sacramento da Penitência, possam conseguir a graça de Deus.

3. *A reconciliação dos penitentes na vida da Igreja* - A Igreja é sempre necessitada de purificação. Cristo amou a Igreja e por ela se entregou para santificá-la (Ef 5,25-26), unindo-a a si como esposa; a ela que é seu corpo e sua plenitude enche de seus dons divinos e por ela distribui a todos a verdade e a graça. Entretanto, os membros da Igreja sujeitos à tentação e, infelizmente muitas vezes caem em pecado. Por isso, enquanto Cristo, santo, inocente, imaculado (Hb 7,26), não conheceu o pecado (2Cor 5,21), as veio para expiar os pecados do povo (Hb 2,17), a Igreja, santa e sempre necessitada de purificação, encerrando pecadores em seu seio, busca sem cessar a penitência e a renovação.

4. *A penitência na vida e na liturgia da Igreja*. De muitas e variadas maneiras o povo de Deus pratica e realiza esta contínua penitência. Participando da paixão de Cristo pelos seus sofrimentos e convertendo-se cada vez mais ao Evangelho de Cristo pela prática das obras de caridade e misericórdia, torna-se no mundo o sinal da conversão a Deus. A Igreja o expressa em sua vida e o celebra em sua liturgia quando os fiéis se reconhecem pecadores e imploram o perdão de Deus e dos irmãos, como sucede nas celebrações penitenciais, na proclamação da palavra de Deus, na oração e nos elementos penitenciais da celebração eucarística”.

Nota:56

cf. **Apêndice 2, n. 4**: “Nestas celebrações, realiza-se às vezes o sacramento da Penitência; nesse caso, depois das leituras e da homilia, usar-se-á o Rito para reconciliação de vários penitentes com confissão e absolvição individuais (nn.54-59) ou, em casos particulares, previstos pelo direito, o Rito para reconciliação de vários penitentes com confissão e absolvição geral (nn. 60-63)”.

Nota:57

Normas, n.39, n. 56-57 e n. 206: “39. Compete ao bispo diocesano:

a) Dirigir a disciplina penitencial em sua diocese inclusive com oportunas adaptações do próprio rito, conforme as normas propostas na Conferência Episcopal.

b) Determinar, ouvidos os pareceres de outros membros da Conferência Episcopal, quando será lícito conceder a absolvição geral, observadas as condições estabelecidas pela Santa Sé.

56. Terminadas as confissões individuais, o sacerdote que preside a celebração, acompanhado dos demais sacerdotes, convida à ação de graças e exorta às boas obras, pelas quais se manifesta a graça da penitência na vida dos indivíduos e de toda a comunidade. Convém, portanto, cantar um salmo ou hino, ou fazer uma oração litânica, proclamando o poder e a misericórdia de Deus. Por exemplo, um dos seguintes salmos ou cânticos: 31, 1-7.10-11; Sl 97,1-9; Sl 99,2-5; 144,1-21; Sl 102, 1-4.8-18; 145,2-10 (e outros).

57. Depois do canto de louvor ou da oração litânica, o sacerdote conclui a oração comum, dizendo: Deus todo-poderoso e cheio de misericórdia, criastes o homem de modo admirável e mais admiravelmente o restaurastes. Não abandonais em seu pecado, mas com amor paterno o acompanhais. Enviastes ao mundo vosso Filho para que, destruindo com sua paixão o pecado e a morte, nos devolvesse com sua ressurreição a vida e alegria. Derramastes em nossos corações o Espírito Santo, para que nos tornássemos vossos filhos e herdeiros. Continuamente nos renovais com os sacramentos da salvação, para nos livrar da escravidão do pecado e nos transformar cada dia em imagem mais perfeita de vosso Filho amado. Nós vos damos graças pelas maravilhas

da vossa misericórdia. Com toda Igreja vos louvamos, cantando em vossa honra um cântico novo, com a voz, o coração e a vida. A vós a glória, agora e para sempre, por Jesus Cristo no Espírito Santo". **Todos:** Amém.

Salmo 31,1-7.10-11: *Alegrai-vos, ó justos, e exultai no Senhor*

1. Feliz o pecador que foi perdoado, absolvido de sua falta. Feliz o homem que o Senhor não considera mais como culpado e em cujo espírito não há falsidade. Quando silencie o meu pecado meu corpo se consumia a gemer o dia todo. Pois dia e noite vossa mão pesava sobre mim e eu secava como relva no verão. Confessei, então, o meu pecado, a minha falta vos dei a conhecer. Disse: Confessarei ao Senhor os pecados que cometi. E de minha falta vós me aliviastes. Todo fiel pode assim vos suplicar na hora da angústia; e ainda que as águas subam do abismo, não poderão atingi-lo. Sois vós o meu refúgio; da angústia me preservais; fazeis que nasçam ao meu redor cantos de libertação. Castigos sem fim esperam o ímpio, mas a graça do Senhor protege os que nele confiam. Que o Senhor seja vossa alegria, exultai, ó justos, homens retos, gritai de alegria!

Salmo 97,1-9: *O Senhor se recordou de sua misericórdia*

2. Cantai ao Senhor um canto novo porque ele fez maravilhas; sua mão poderosa e seu santo braço a vitória lhe deram.

O Senhor fez conhecer seu triunfo e revelou sua justiça aos olhos das nações. Lembrou-se de seu amor e de sua fidelidade em favor da casa de Israel; os confins da terra puderam ver a vitória de nosso Deus. Aclamai o Senhor, ó terra inteira, exultai, cantai hinos de alegria! Salmodiai ao Senhor com a cítara e ao som dos outros instrumentos! Ao som da tuba e da trombeta, aclamai vosso Rei e Senhor!

Aplauda o mar e tudo que povoou, o mundo inteiro e seus habitantes! Que os rios batam palmas e as montanhas gremem de alegria, na presença do Senhor que vem para julgar a terra. Que ele governe o mundo com justiça e os povos com retidão.

Salmo 99,2-5: *O Senhor é bom; eterno é o seu amor*

3. Aclamai o Senhor, ó terra inteira, servi ao Senhor cheios de júbilo, ide a ele com cantos de alegria! Sabei que o Senhor é Deus, foi ele quem nos fez, e somos dele, seu povo e ovelhas de seu rebanho. Entrai por suas portas dando graças e nos seus átrios com hinos de louvor; dai-lhe graças, seu nome bendizei. Porque o Senhor é bom, eterno é o seu amor e sua fidelidade perdura para sempre".

Nota:58

Rito, n.35b: "Em seguida o diácono, outro ministro ou o próprio sacerdote convida os penitentes que desejam receber a absolvição, a manifestá-lo por um sinal (por exemplo, inclinando a cabeça, ou ajoelhando-se, ou por outro sinal estabelecido pelas Conferências Episcopais), recitando em comum uma fórmula de confissão geral (por exemplo, **Confesso a Deus**), podendo haver em seguida uma oração litânica ou um canto penitencial; finalmente todos recitarão ou cantarão o Pai nosso, como se disse no n.27".

Nota:59

Rito, n.37: "Deve-se cuidar que os fiéis não confundam estas celebrações com a celebração do Sacramento da Penitência. Estas celebrações penitenciais, porém, são sumamente úteis para levar à conversão e purificação interior. Convém realizar estas celebrações penitenciais principalmente: para fomentar o espírito de penitência na comunidade cristã; para ajudar os fiéis a preparar a confissão que cada um poderá fazer oportunamente; para educar as crianças a adquirirem gradualmente a consciência do pecado na vida humana e da libertação do pecado por Cristo; para ajudar os catecúmenos em sua conversão. Além disso, onde não houver nenhum sacerdote disponível para conceder a absolvição sacramental, são utilíssimas as celebrações penitenciais, por despertar nos fiéis uma contrição perfeita nascida da caridade, pela qual, como desejo de receber mais tarde o sacramento da Penitência, possam conseguir a graça de Deus".

Nota:60

cf. **Diretório das missas com crianças**, n.13: "Celebrações de várias espécies também podem desempenhar um papel na formação litúrgica das crianças e na sua preparação para vida litúrgica da Igreja. Por força da própria celebração, as crianças percebem, mais facilmente, certos elementos litúrgicos, como a saudação, o silêncio, o louvor comunitário, sobretudo se for cantado. Cuide-se, todavia, que estas celebrações não se revistam de uma índole demasiadamente didática".

Nota:61

cf. **Missal Romano**, Apêndice n.1: "A celebração da Missa, como ação de Cristo e do povo de Deus hierarquicamente ordenado, é o centro de toda a vida cristã tanto para a Igreja universal como local, e também para cada um dos fiéis. Pois nela se encontra tanto o ápice da ação pela qual Deus santifica o mundo em Cristo, como o do culto que os homens oferecem ao Pai, adorando-o pelo Cristo, Filho de Deus. Além disso, nela são de tal modo lembrados, no decorrer do ano, os mistérios da redenção, que eles se tornam de certo modo presentes. As demais ações sagradas e todas as atividades da vida cristã a ela estão ligadas, dela decorrendo ou a ela sendo ordenadas".

Nota:62

Mc 1,18: "Eles imediatamente deixaram as redes e seguiram a Jesus".

Nota:63

cf. **2Cor 5,18-20:** "Tudo isso vem de Deus, que nos reconciliou consigo por meio de Cristo, e nos confiou o ministério da reconciliação. Pois era Deus quem reconciliava com ele mesmo o mundo por meio de Cristo, não levando em conta os pecados dos homens e colocando em nós a palavra da reconciliação. Sendo assim exercemos a função de embaixadores em nome de Cristo, e é por meio de nós que o próprio Deus exorta vocês. Em nome de Cristo, suplicamos: reconciliem-se com Deus".